

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

MÔNICA CRISTINA WANDERLEY

**PERCEPÇÃO DAS LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS AO
TRABALHO DO PROFESSOR IDOSO: UM ESTUDO COM
NOVOS PROFESSORES DA UFES**

VITÓRIA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

MÔNICA CRISTINA WANDERLEY

**PERCEPÇÃO DAS LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS AO
TRABALHO DO PROFESSOR IDOSO: UM ESTUDO COM
NOVOS PROFESSORES DA UFES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção de título de Mestre Profissional em Gestão Pública. Orientadora: Professora Dra. Dirce Nazaré de Andrade Ferreira.

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Wanderley, Mônica Cristina, 1988-
W245 Percepção das limitações estruturais ao trabalho do professor idoso: um estudo com novos professores da UFES / Mônica Cristina Wanderley. - 2019.
116 f. : il.

Orientadora: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Idoso. 2. Professor de magistério superior. 3. Acessibilidade. 4. Ambiente laboral. I. Ferreira, Dirce Nazaré de Andrade. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

MÔNICA CRISTINA WANDERLEY

**PERCEPÇÃO DAS LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS AO TRABALHO DO
PROFESSOR IDOSO: UM ESTUDO COM NOVOS PROFESSORES
DA UFES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 29 de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
Orientadora



Profa. Dra. Taciana de Lemos Dias
Membro Interno



Profa. Dra. Layli Oliveira Rosado
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos professores, amigos e familiares que colaboraram direta ou indiretamente nesta jornada. Toda orientação, conselho, paciência, incentivo, carinho e mesmo as repreensões que precisei ouvir não passaram despercebidos e ajudaram muito na realização deste trabalho, muito obrigada!

*We've come so far, I guess I'm proud
And I ain't worried about the wrinkles around
my smile*

I've got some scars, I've been around
I've felt some pain, I've seen some things,
but I'm here now.

(Macklemore)

RESUMO

Trata a presente investigação das condições de trabalho dos professores de magistério superior da UFES após alcançar a idade de 60 anos e o respeito aos seus direitos no ambiente laboral, notadamente quanto à acessibilidade. Observa-se que historicamente as instituições não foram planejadas para receber pessoas com limitações físicas, sendo a maior parte das intervenções bastante recente e majoritariamente direcionadas aos cadeirantes. O objetivo da pesquisa foi analisar a percepção dos novos professores idosos sobre as instalações físicas da universidade e sua influência nas atividades dos professores de magistério superior idosos. Para tanto, buscou-se responder aos seguintes questionamentos: Qual a idade dos professores da UFES? A UFES possui instalações físicas adequadas a professores idosos? Quais as estruturas físicas obstatam o regular exercício pelos professores da UFES na idade idosa? Para responder a estas perguntas, foi realizada uma pesquisa documental coletando dados etários dos docentes da UFES, foi efetuada uma pesquisa de campo *in loco* consistindo na observação e registro fotográfico de diversos ambientes da universidade analisando quanto à presença de elementos de acessibilidade, e foi realizada ainda uma pesquisa de campo sob a forma de entrevistas estruturadas a professores idosos admitidos nos últimos dez anos acerca de sua percepção da acessibilidade dos idosos nos *campi* da UFES em Vitória (Goiabeiras e Maruípe). Ao final da investigação, foi possível verificar que a estrutura física da universidade não é uniforme quanto à acessibilidade, sendo possível encontrar diversas estruturas limitadoras do trabalho dos professores idosos. Após a conclusão da pesquisa, procedeu-se a elaboração do produto técnico indicativo de medidas que, adotadas pela administração da universidade, seriam capazes de promover um ambiente de trabalho adequado aos professores idosos da UFES.

Palavras-chave: Idoso. Professor do magistério superior. Acessibilidade. Ambiente laboral.

ABSTRACT

Are covered by this investigation the working conditions of teachers after reach the age of 60 years old and the respect of their rights in its work environment, especially regarding accessibility. Historically, institutions were not designed to receive audiences with physical limitations, wherein most of the interventions fairly recent and mostly directed to wheelchair users. The objective of the research was to analyze the perception of the new elderly teachers about the physical facilities of the university and its influence on the activities of the elderly professors. Therefore, we sought to answer the following questions: How old are UFES professors? Does UFES have adequate physical facilities for elderly professors? What physical structures prevent the regular exercise by UFES elderly teachers? To answer these questions, a documentary research was conducted by collecting age data from UFES teachers, an on-site field research was carried out consisting of observation and photographic record of various university environments analyzing the presence of accessibility elements, a field research was also conducted in the form of structured interviews with elderly professors admitted in the last ten years about their perception of the accessibility of the elderly at UFES campuses in Vitória (Goiabeiras and Maruípe). At the end of the investigation, it was possible to verify that the physical structure of the university is not uniform in terms of accessibility, and to find several limiting structures of the work of the elderly professors. After the conclusion of the research, it was proceeded to elaborate a technical product indicative of measures which, adopted by the university administration, would be able to promote an adequate work environment for the elderly teachers of UFES.

Keywords: Elderly. Professors. Accessibility. Working environment.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1 - Escadas no CT IV	69
Figura 2 - Escadas na Administração do CCS	69
Figura 3 - Acesso ao CEMUNI IV	70
Figura 4 - Acesso ao CT IV	70
Figura 5 - Via de acesso no CCS	71
Figura 6 - Acesso ao prédio da Direção do CCS.....	71
Figura 7 - Desnível no prédio da Administração do CCE	72
Figura 8 - Desnível no acesso ao IC IV	72
Figura 9 - Desnível no acesso ao sanitário do Anexo ao CEFD.....	72
Figura 10 - Elevador no ED VII.....	73
Figura 11 - Elevador no edifício Audiovisual do CAR.....	73
Figura 12 - Rampa no Auditório do CAR.....	74
Figura 13 - Rampa no CCHN	74
Figura 14 - Banheiro acessível no edifício Audiovisual do CAR.....	75
Figura 15 - Banheiro acessível na Administração do CE	75
Figura 16 - Banheiro na Pós-Graduação em Química e Matemática do CCE.....	75
Figura 17 - Banheiro do Anexo do CEFD	76
Figura 18 - Banheiro dos professores no CEMUNI IV no CAR	76
Figura 19 - Extensão do ED III e IV no CCJE.....	77
Figura 20 - Banheiro dos ED III e IV no CCJE	77
Figura 21 - Banheiro dos ED I e II	77
Figura 22 - Estacionamento do CCJE	78
Figura 23 - Estacionamento do CT.....	78
Figura 24 - Estacionamento do CCS.....	79
Figura 25 - Estacionamento do CEFD.....	79
Figura 26 - Sala de aula no CCJE	79
Figura 27 - Sala de reuniões no CCJE	79
Figura 28 - Bebedouro no CCS	80
Figura 29 - Bebedouro no CEFD.....	80
Figura 30 - Bebedouro no CAR	81
Figura 31 - Sala de professores no CCHN.....	82

Figura 32 - Sala de professores no CCJE	82
Figura 33 - Rampa de acesso à cantina do CEFD	83
Figura 34 - Porta de vidro no CCE	84
Figura 35 - Porta de vidro no CEFD	84
Figura 36 – Porta no CCE	85
Figura 37 - Porta no CAR	85
Figura 38 - Porta no CEFD.....	86
Figura 39 - Acesso de Auditório do CCS.....	86
Figura 40 - Via de acesso à Biblioteca Central.....	87
Figura 41 - Via de acesso à Biblioteca Central.....	87
Figura 42 - Acesso aos pavimentos da Biblioteca Central	87
Figura 43 - Elevador da Biblioteca Central	87
Figura 44 - Núcleo de Excelência em Estruturas Metálicas do CT.....	88
Figura 45 - Passarela principal do Campus de Goiabeiras	89

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CAR – Centro de Artes.

CCHN – Centro de Ciências Humanas e da Natureza.

CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

CCS – Centro de Ciências da Saúde.

CCE – Centro de Ciências Exatas.

CE – Centro de Educação.

CEFD – Centro de Educação Física e Desportos.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CT – Centro Tecnológico.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

OMS – Organização Mundial de Saúde.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.1 APRESENTAÇÃO.....	13
1.2 O PROBLEMA E SUA RELEVÂNCIA	14
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivos gerais	19
1.3.2 Objetivos específicos.....	19
1.4 JUSTIFICATIVA	20
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	22
2.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	23
2.3 UNIVERSO DE PESQUISA E AMOSTRA	26
2.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	27
2.4.1 Categorias hipotéticas	28
2.5 ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS.....	28
2.6 LIMITAÇÕES E MÉTODOS DE PESQUISA.....	29
3 O PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR IDOSO	31
3.1 OS DIREITOS DO IDOSO	31
3.1.1 Conceito de idoso	31
3.1.2 Direitos fundamentais do idoso e ações afirmativas	34
3.1.3 O crescimento do trabalho na terceira idade.....	39
3.2 O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	43
3.2.1 A atividade de ensino.....	44
3.2.2 O desgaste do docente	51
4 LIMITAÇÕES DO PROFESSOR IDOSO	54
4.1 LIMITAÇÕES DO PROFESSOR.....	54
4.2 O AMBIENTE DE TRABALHO ADAPTADO	57
4.2.1 Acessos e circulação.....	58
4.2.2 Sanitários e banheiros	60
4.2.3 Elementos particulares do ambiente universitário.....	62
4.2.4 Mobiliário e equipamentos	63
4.2.5 Outras questões pertinentes ao conforto no ambiente de trabalho	64

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	66
5.1 DADOS COLETADOS SOBRE PROFESSORES DA UFES	66
5.2 VISITA A AMBIENTES DA UNIVERSIDADE	68
5.3 ENTREVISTA DE PROFESSORES IDOSOS.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES	105
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas.....	106
APÊNDICE B – Produto técnico resultante da dissertação	107
ANEXOS	113
ANEXO A – Quantitativo de docentes	114
ANEXO B – Admissões de docentes quanto à titulação.....	115
ANEXO C – Admissões de docentes quanto à faixa etária.....	116

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 APRESENTAÇÃO

O trabalho do idoso tem se tornado cada vez mais frequente na sociedade brasileira como forma de complementação tanto da renda familiar quanto do tempo de contribuição necessário para aposentadoria ou ainda como forma de manter a qualidade de vida e o convívio social do idoso.

Ao analisar o caso específico do professor de magistério superior da rede pública federal, uma motivação recorrente para a permanência deste servidor público no trabalho após alcançar a idade idosa é a necessidade de complementação do tempo de contribuição, uma vez que as reformas previdenciárias implementadas sucessivamente nos últimos anos aumentaram significativamente o tempo de contribuição necessário para fazer jus à aposentadoria integral.

Neste sentido, um fator especialmente pertinente ao analisar tal carreira é o nível de qualificação que passou a ser exigido para ingresso no cargo, pois embora o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal (Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012) preveja situações de ingresso na carreira com graduação, especialização, mestrado ou doutorado (artigo 1º), o ingresso na carreira será preferencialmente de doutores (conforme é possível observar no artigo 8º, § 1º).

Na prática, esta regra estabelece que somente na ausência de inscritos com a titulação requerida (doutorado) será realizada a reabertura das inscrições para candidatos com titulação imediatamente inferior (artigo 8º, § 3º). Tal regra implica, logicamente, que para iniciar sua carreira, os professores precisam concluir os graus de graduação, mestrado e doutorado, o que no contexto brasileiro ocorre majoritariamente na faixa etária de 35 a 39 anos, conforme levantamento de dados do CNPq referentes ao ano de 2016 (ALMEIDA; ZANLORENSSI, 2018).

Outro aspecto que se faz necessário observar é que o professor de magistério superior não é abrangido pela previsão constitucional de redução de cinco anos no tempo de

contribuição necessário para aposentadoria (previsto ao artigo 201, § 8º da CF) desde o advento da Emenda Constitucional número 20 de 1998, que restringiu o direito à redução aos professores de educação infantil, fundamental e médio.

É importante ressaltar que, embora se verifique que a expectativa e qualidade de vida no Brasil tenham aumentado, há ainda outros obstáculos como os altos índices de adoecimento funcional e *stress* a que são submetidos estes profissionais que se somam à idade como obstáculos para que esses trabalhadores exerçam suas funções com dignidade até a data de aposentadoria, uma vez que geralmente se dedicam integralmente aos estudos e somente iniciam suas carreiras tardiamente, e conforme as regras previdenciárias vigentes teriam completar 30 e 35 anos de contribuição para mulheres e homens, respectivamente.

Diante do exposto, é possível concluir que a maior parte dos professores de magistério superior estarão ainda trabalhando ao alcançar o marco de 60 anos utilizado pelo Estatuto do Idoso (artigo 1º da Lei n. 10.741/2003), o que faz com que o ambiente universitário precise se adaptar às necessidades tanto físicas como psicológicas destes servidores, especialmente tendo em vista as propostas de reforma das leis previdenciárias atualmente em trâmite no Congresso Nacional.

Neste contexto, é importante ainda salientar que ao tratar da questão do idoso neste trabalho, sem qualquer conotação pejorativa, serão utilizadas como sinônimos os seguintes adjetivos: pessoa da terceira idade, pessoa com idade avançada ou pessoa senil, sempre se referindo à referência legal para a idade idosa de 60 anos.

1.2 O PROBLEMA E SUA RELEVÂNCIA

O envelhecimento populacional e o bem-estar das pessoas idosas se tornou ainda mais relevante com o aumento da expectativa de vida em todo o mundo. Segundo dados do IBGE, nos últimos 80 anos a expectativa de vida da população brasileira aumentou cerca de 30 anos (MARLI, 2017).

Há previsão de que até 2050 os países em desenvolvimento alcançarão o percentual de um quarto de sua população composta por idosos, igualando o crescimento populacional desta faixa etária a dos jovens (OMS, 2008, p. 9).

O aumento da expectativa de vida implicou também no aumento da expectativa de permanência no mercado de trabalho, o que deu ensejo a sucessivas reformas no sistema previdenciário, como a anteriormente mencionada Emenda Constitucional número 20, aumentando o tempo de contribuição necessário para aposentadoria, o que tornou cada vez mais comum o trabalho senil.

Neste sentido, cabe ressaltar que o processo de envelhecimento compreende diversas mudanças na vida do trabalhador, especialmente no que diz respeito à sua condição física e psicológica para exercer as tarefas que lhe são atribuídas no trabalho, sendo importante ressaltar que,

[...] o declínio da capacidade para o trabalho ocorra após os 45 anos de idade e se acentue gradativamente após os 50 anos, além de receber influências de doenças e acidentes, dos aspectos sócio-demográficos, das condições de trabalho, do estilo de vida do indivíduo (VALÉRIO; DUTRA, 2016, p. 191).

Assim, é possível concluir que esse declínio afetará significativamente os professores de magistério superior em decorrência do início tardio na carreira e o consequente aumento do tempo de permanência no trabalho após os 60 anos.

Embora seja possível especular que com a evolução da medicina a tendência à redução da capacidade laboral não seja tão significativa no futuro, é possível também observar uma tendência ao aumento das enfermidades de origem psicológica, especialmente em decorrência de elevado grau de *stress* na modernidade, de modo que é pouco provável que exista um significativo aumento na capacidade laboral dos professores.

Outro aspecto que merece análise relaciona-se à organização do trabalho, que no Brasil é fundada no conceito de trabalhadores jovens, como era realidade em 1943 quando foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas, legislação que embora não

aplicada aos servidores públicos, serviu de inspiração e é utilizada para suprir lacunas na regulamentação das atividades na iniciativa pública.

Como resultado do aumento expressivo da expectativa de vida, tanto o sistema previdenciário quanto as rotinas e condições de trabalho foram pensadas em conformidade com uma expectativa de vida de 45,5 anos (MARLI, 2017), de modo que o tempo de contribuição e idade para aposentadoria eram significativamente baixos, não se fazendo necessárias quaisquer alterações nas rotinas e locais de trabalho para acolher profissionais de idade avançada, fazendo com que na atualidade as regras de acessibilidade e segurança para deficientes e idosos, tanto para alunos quanto para servidores, são pouco aplicadas.

Neste sentido, é importante observar que o ambiente laboral se destaca como um fator de grande impacto no desempenho profissional, influenciando tanto no aspecto físico quanto psicológico dos trabalhadores, especialmente tendo em vista que os profissionais permanecem no ambiente de trabalho durante grande parte do dia.

Em relação à atividade docente, esta se desenvolve majoritariamente em salas de aula, mas também em espaços comuns, em salas de professor, laboratórios, auditórios e bibliotecas. A atividade do professor também frequentemente utiliza equipamentos audiovisuais, computadores e equipamentos de pesquisa diversos, que da mesma forma podem se apresentar de forma inadequada para o manejo do profissional de idade avançada.

Ao lidar com os espaços de atuação e com os equipamentos necessários para lecionar, os professores idosos frequentemente enfrentam dificuldades como inadequação das vias de acesso à universidade e às salas de aula (vagas de estacionamento especiais insuficientes, falta de elevadores, rampas e corrimão), mobiliário impróprio (cadeiras sem apoio adequado e com rodinhas), inadequação de sinalização, sanitários distantes ou inacessíveis, equipamentos impróprios para utilização (equipamentos pesados ou em locais inacessíveis, com visores pequenos, etc.).

Outro aspecto responsável pelo expressivo desgaste destes profissionais refere-se aos efeitos psicológicos que decorrem do exercício de funções envolvendo pressão emocional, também chamado de síndrome de *burnout*¹, fazendo com que a ocupação chegue a ser mencionada como uma das profissões sujeitas a maior risco para o trabalhador (CARLOTTO, 2002, p. 21).

Isso porque o professor, no exercício de suas funções, precisa adotar abordagens para transmitir conhecimentos a alunos com perfis distintos, assim como precisa constantemente atualizar seus conhecimentos, adotar posturas que favoreçam o ensino e a avaliação, tudo isso inserido em um contexto social, político e econômico em constante mutação, o que demanda uma grande capacidade de adaptação destes profissionais.

Aos desgastes inerentes ao exercício do magistério, somam-se os decorrentes da idade avançada, fazendo com que seja comum que estes professores tenham suas capacidades físicas diminuídas ou que frequentemente adoçam.

Todos estes elementos configuram obstáculos ao regular desenvolvimento das atividades do professor, em especial do professor idoso. Dado o crescente número de professores idosos nas universidades, cada vez mais se faz necessária a adequação dos espaços e materiais para esta parcela dos profissionais, de modo a propiciar condições dignas a estes profissionais de concluir seu tempo de trabalho e contribuição com dignidade e segurança.

No contexto da Universidade Federal do Espírito Santo, atualmente existem 1320 professores de magistério superior ativos, dos quais 12% tem idade acima de 60 anos. Tal percentual, todavia, tende a crescer ainda mais em decorrência das alterações na legislação previdenciária que aumentam os requisitos de tempo de contribuição e idade para aposentadoria.

¹ A síndrome de *burnout*, frequentemente associada a quadros de depressão profunda, é definida pelo Ministério da Saúde da seguinte forma: "Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade."

Ademais, há que observar que a UFES não possui transporte interno, de modo que o deslocamento entre os setores, que frequentemente é necessário, depende de longas caminhadas ou de deslocamento com veículos.

Neste contexto de crescimento da população velha e também do tempo de trabalho após os 60 anos, o fenômeno do trabalho na idade idosa foi poucas vezes estudado no contexto brasileiro, uma vez que o envelhecimento populacional é um fenômeno recente no Brasil, assim como esta questão na iniciativa privada é mais facilmente resolvido através da demissão, promoção, alteração de carga horária ou mudança de função dos empregados idosos quando estes deixam de apresentar desempenho satisfatório em suas funções, enquanto no serviço público essas mudanças são significativamente limitadas por lei.

Ao analisar o caso dos professores de magistério superior no funcionalismo público, é preciso ter em mente que estes profissionais possuem estabilidade no trabalho², e não podem, como regra, ser movidos para outros cargos como forma de assegurar a adequação de suas atividades às suas capacidades físicas e mentais.

No contexto de instituições de ensino superior, onde a concentração desses profissionais é expressiva, encontrar soluções para a crescente exaustão dos professores e sua perda de capacidade laborativa com o passar do tempo se mostra como uma necessidade estratégica de modo a assegurar a continuidade das atividades acadêmicas.

Torna-se necessário então descobrir quais intervenções no ambiente de trabalho podem promover a continuidade do regular exercício das atividades profissionais do professor idoso, de modo a manter esses profissionais altamente capacitados em atividade e aproveitar suas habilidades e experiência por mais tempo, bem como evitar afastamentos e aposentadorias provocados por doenças decorrentes do

² O instituto jurídico da estabilidade do servidor público previsto ao artigo 41 da Constituição Federal de 1988, pode ser entendido como a exigência da conclusão de processo administrativo regido por legislação própria e bastante rígida (Lei 9.784 de 1999), para que seja possível a demissão de um servidor público.

crescente desgaste do exercício da profissão, beneficiando tanto os trabalhadores quanto a instituição.

Neste sentido, trata-se de uma questão de interesse aos estudos da Gestão Pública, especificamente na linha de pesquisa de Governança e controle de políticas públicas, visando assegurar tanto os interesses da administração quanto os direitos fundamentais dos profissionais idosos.

Diante do exposto, este trabalho pretende responder às seguintes questões: Qual a idade dos professores da UFES? A UFES possui instalações físicas adequadas a professores idosos? Quais as estruturas físicas obstam o regular exercício pelos professores da UFES na idade idosa?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivos gerais

Analisar a percepção dos novos professores idosos sobre as instalações físicas da Universidade Federal do Espírito Santo e sua influência nas atividades dos professores de magistério superior idosos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Evidenciar o ingresso tardio e permanência após a idade idosa através de um levantamento da faixa etária dos professores ativos da Universidade Federal do Espírito Santo de Vitória junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas através do Sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão;
- Identificar as dificuldades estruturais enfrentadas pelos professores idosos no exercício de suas funções na UFES;
- Sugerir, através de produto técnico, ações visando promover a adequação das estruturas físicas dos ambientes da Universidade Federal do Espírito Santo para que

proporcionem um local de trabalho compatível com a crescente parcela idosa de seus professores.

1.4 JUSTIFICATIVA

Considerando o envelhecimento da população do país e a tendência do sistema previdenciário ao aumento do tempo de contribuição necessário à aposentadoria, começaram a ser realizadas pesquisas sobre o trabalho do idoso no Brasil, especialmente relacionando o trabalho à saúde do trabalhador ou ao papel de provedor do sustento familiar exercido por diversos idosos.

A presente pesquisa, todavia, não pretende se dedicar aos fatores econômicos que forcem trabalhadores idosos a permanecer no mercado após sua aposentadoria, mas analisar uma carreira específica, para a qual há carência de profissionais suficientemente qualificados em decorrência de sua exigência especialização acadêmica para ingresso, e conseqüente ingresso tardio no mercado de trabalho, de forma que gestores de universidades federais acabam por lidar com um alto contingente de profissionais idosos.

Ao já significativo número de profissionais idosos, é preciso acrescentar que as reformas previdenciárias já implementadas, e ainda aquelas que atualmente estão em fase de proposta, tem o aumento do tempo de contribuição e idade requeridos para aposentadoria como principal ponto de mudança, de modo que a adequação dos espaços se faz ainda mais necessária, dada a necessidade de, em um futuro próximo, ter um contingente muito maior de profissionais idosos e profissionalmente ativos.

É preciso salientar que o contingente idoso nas universidades já nos dias atuais é significativo, de modo que as perspectivas das reformas previdenciárias apenas tornam mais significativas as necessidades de um ambiente adequado de trabalho.

Além disso, as limitações estruturais possuem um papel estratégico no sentido de proporcionar um ambiente onde os professores jovens possam envelhecer com saúde, tendo em vista que a carreira do magistério do ensino superior tem seu auge

quando os profissionais já estão com idade avançada, quando se estabelecem no ambiente acadêmico e de pesquisa.

Em referência à lacuna da presente pesquisa, é possível encontrar investigações acerca do idoso em ambiente doméstico, hospitalar ou em instituições de cuidado especializadas, mas relacionar o profissional de idade avançada a ambientes de trabalho, especialmente na iniciativa pública ainda é uma área pouco explorada em pesquisas, especialmente quanto à categoria dos professores de magistério superior.

Os questionamentos que deram ensejo à presente pesquisa têm origem não somente no convívio profissional com professores, mas também de convívio pessoal com profissionais de faixas etárias diversas, ainda que em esferas distintas do serviço público. As dificuldades relatadas no cotidiano do exercício do magistério se acentuam ao recair sobre os profissionais idosos, frequentemente afetando significativamente sua saúde e bem-estar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para que uma pesquisa produza conhecimentos relevantes é preciso que se utilize de procedimentos previamente testados que lhe concedam validade. Tal cuidado relacionado aos procedimentos busca assegurar ao conhecimento adquirido a condição de científico, que conforme os dizeres de Antonio Carlos Gil é “uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (2010, p.2).

Neste mesmo sentido, Antônio Joaquim Severino assevera que,

Todo esse sofisticado arsenal de técnicas não é usado aleatoriamente. Ao contrário, segue um cuidadoso plano de utilização, ou seja, ele cumpre um roteiro preciso que se dá em função de um método. A aplicação do instrumental tecnológico se dá em decorrência de um processo metodológico, da prática de um método de pesquisa que está sendo usado (2016, p. 106).

Todo o aparato utilizado na realização desta pesquisa visou explicar de maneira precisa a realidade que circunda o exercício do magistério, compreendendo as relações estabelecidas entre professores, alunos e demais componentes da comunidade acadêmica, e como estas relações influenciam no bem-estar deste trabalhador após alcançar a idade idosa.

Assim, ao analisar o contexto do envelhecimento dos professores de magistério superior, a necessidade de continuidade das suas atividades laborais na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e os obstáculos representados pela estrutura física do local, foi possível observar se tratar de um fenômeno social, sendo importante salientar que busca solucionar um problema observado na sociedade, de modo que “a maior parte dessas pesquisas não está destinada a formular ou testar teorias: o pesquisador está, apenas, interessado em descobrir a resposta para um problema específico ou descrever um fenômeno da melhor forma possível” (RICHARDSON, 1999, p. 17).

Neste contexto, o método utilizado na presente investigação foi o método dedutivo, seguindo o raciocínio utilizado por Roberto Jarry Richardson ao explicar que

“aplicando o método dedutivo, o cientista avança do conhecimento de um fato [...] à compreensão do por que desse fato” (1999, p. 37). No contexto deste trabalho, a percepção de professores idosos recentemente admitidos na UFES acerca das limitações estruturais enfrentadas pelos professores idosos fornecem uma compreensão da forma que as estruturas físicas do ambiente de trabalho influenciam o trabalho idoso.

Acerca deste método Antônio Joaquim Severino observa que “Trata-se de uma passagem do universal para o particular e para o singular. De um princípio geral, deduzimos outros menos gerais até fatos particulares” (2016, p. 111).

No estudo apresentado, um conhecimento acerca da carreira dos professores de magistério superior foi utilizado para produzir um conhecimento novo e específico aos professores que poderá ser empregado em proposta de melhorias na adequação da estrutura física no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo, de modo a garantir um ambiente acessível aos professores idosos.

2.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem adotada na presente investigação é de natureza qualitativa que, conforme os dizeres de Arlida Schmidt Godoy,

[...] não procura enumerar e/ou mediar os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (1995, p. 58).

Na presente pesquisa, a utilização de quantitativos de professores é utilizada somente como um elemento indicativo do crescimento da população idosa, enquanto o cerne da pesquisa reside em conhecer a realidade enfrentada pelos professores idosos em seu ambiente de trabalho através de entrevistas e visitas a ambientes.

Além de se afastar da investigação de dados empiricamente verificáveis, a pesquisa social se ocupa também de questões verificadas na realidade, procurando explicá-las. É o que também ensina Antonio Chizzotti ao esclarecer que,

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria expectativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (2001, p. 79)

Neste sentido, como é comum em pesquisas na área social, esta pesquisa foi direcionada aos seres humanos e aos “aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito” (SEVERINO, 2016, p. 125), assim importa conhecer aspectos subjetivos relacionados à qualidade de vida dos professores idosos, e não apenas dados objetivos relacionados à sua aposentadoria ou tempo de contribuição.

Diante do exposto, as fontes de pesquisa utilizadas como meios de investigação foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica consistiu na utilização principalmente de livros e artigos que tratam das questões estudadas. Marconi e Lakatos salientam que são diversas as fontes passíveis de serem utilizadas em uma pesquisa bibliográfica observando que,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma (2017, p. 200).

Neste contexto, a presente pesquisa se utilizou, principalmente, de livros, dissertações, artigos e notícias como referências para aprofundamento no tema.

A pesquisa documental, por sua vez, refere-se à utilização de materiais semelhantes à pesquisa bibliográfica, mas conforme salientado por Antonio Carlos Gil “a pesquisa

documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (2010, p. 51).

Assim, na presente pesquisa a utilização da pesquisa documental se deu através da utilização de documentos oficiais como leis e resoluções que tratam sobre a carreira de magistério e acessibilidade, bem como dados estatísticos sobre gestão de pessoas na Universidade Federal do Espírito Santo.

Por fim, a pesquisa de campo, compreendida como aquela que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 203).

Desta forma, a pesquisa de campo se deu através da coleta direta de informações através de entrevistas versando sobre a acessibilidade direcionada aos professores idosos admitidos nos últimos dez anos na Universidade Federal do Espírito Santo. Outros dados obtidos em campo foram coletados através da observação *in loco* e registro fotográfico das estruturas físicas da universidade em que foi possível perceber fenômenos associados à acessibilidade.

A utilização da pesquisa de campo como fonte de pesquisa torna-se especialmente relevante em um contexto de mestrado profissional, tendo em vista que aproxima a pesquisa da realidade vivenciada no cotidiano profissional, assim como busca no momento da conclusão da pesquisa oferecer uma proposta de solução concreta para um problema verificado empiricamente.

Já quanto aos fins, a presente pesquisa é considerada exploratória em função de ser “realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 2016, [s.p.]), o que se deve à abordagem adotada na análise das atividades docentes na idade idosa, ainda pouco explorada em ambientes acadêmicos.

Essa pesquisa também é classificada como descritiva, tendo em vista que nos dizeres de Sylvia Constant Vergara “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno” assim como “não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (2016, [s.p.]). Isso porque ao investigar os fatores estruturais que contribuem para tornar o exercício da profissão especialmente desgastantes, não se buscou obter a razão pela qual tal evento ocorre, mas uma maneira de solucionar ou minimizar o problema identificado.

2.3 UNIVERSO DE PESQUISA E AMOSTRA

No âmbito de pesquisas, é necessário estabelecer uma delimitação precisa dos dados coletados. Assim, é preciso estabelecer com clareza o universo e a amostra a serem utilizados.

O universo neste contexto foi entendido como “pessoas ou coisas, fenômenos etc. que serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade em que vivem etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 243).

A amostra, por sua vez, “é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade” (VERGARA, 2016, [s.p.]). Esse critério de representatividade poderá ser de natureza probabilística (utilizando-se de critérios estatísticos para escolher os indivíduos que integrarão a pesquisa) ou não probabilística (aqueles que utilizam critérios não estatísticos para selecionar os integrantes da pesquisa).

Quanto aos dados recebidos o universo foi, portanto, o grupo compreendido por todos os professores de magistério superior que trabalham na Universidade Federal do Espírito Santo na cidade de Vitória (*campus* de Goiabeiras e Maruípe) com idade igual ou superior a 60 anos.

Já em relação às entrevistas, o universo se limitou aos professores idosos que ingressaram na UFES nos últimos 10 anos, totalizando 12 professores.

A amostra, no presente estudo é composta pelo grupo de professores idosos de magistério superior da Universidade Federal do Espírito Santo constantes nos dados recebidos do Departamento de Gestão de Pessoas ingressos no cargo nos últimos dez anos, sendo definida através da acessibilidade a esses profissionais que responderam ao e-mail enviado solicitando participação nas entrevistas, totalizando 6 professores ouvidos.

Tal opção se justifica em decorrência da obtenção de opinião de profissionais que já estiveram em outros ambientes de trabalho com que seja possível comparar, assim como abrange os profissionais que ainda não se habituaram ou normalizaram as condições do ambiente de trabalho na Universidade Federal do Espírito Santo.

2.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Destarte, a principal fonte de pesquisa foi aquela oriunda das entrevistas realizadas com os professores idosos em atividade na Universidade Federal do Espírito Santo. Acerca das entrevistas Antonio Joaquim Severino observa se tratar de

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado [...] O pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. (2016, p. 133).

Tais entrevistas se adequam ao tipo estruturada (ou semiaberta), caracterizadas por possuir questões previamente definidas, tornando mais fácil o agrupamento posterior das respostas obtidas.

Neste sentido, foram utilizadas entrevistas não estruturadas ou despadronizadas, do tipo focalizada, ou seja, o entrevistador seguiu um roteiro com tópicos a serem discutidos, de modo que seja capaz de explorar diferentes questões à medida em que estas se apresentassem (MARCONI; LACATOS, 2017, p. 215).

Essa abordagem nas entrevistas se justifica por permitir ao pesquisador maior conhecimento acerca de uma questão pouco explorada anteriormente, como no caso a acessibilidade dos professores idosos. Assim, ao final da pesquisa distintas nuances e percepções acerca da questão foram conhecidas, ampliando o rol de propostas de soluções ao problema de pesquisa.

2.4.1 Categorias hipotéticas

Diante o exposto, os resultados esperados, especialmente tratando-se de pesquisa com caráter exploratório, foram baseados mais na vivência no ambiente acadêmico do que em teorias aplicáveis ao estudo. Assim, espera-se os seguintes resultados ao final da presente pesquisa:

- A identificação de ambientes inadequados quanto à acessibilidade de idosos;
- Confirmação de fatores de maior desgaste associado à acessibilidade dos professores idosos.

2.5 ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

A partir dos dados coletados junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, foi possível realizar entrevistas com os professores idosos da Universidade Federal do Espírito Santo, etapa que se caracteriza como qualitativa, conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

Foi realizada também a observação de ambientes de todos os centros da UFES, igualmente de caráter qualitativo, explorando diversos ambientes da Universidade e registrando aspectos estruturais adaptados à utilização por pessoas idosas e inadequados para utilização deste grupo.

Após a coleta dos dados oficiais, utilizou-se de fundamentação teórica colhida para demonstrar a necessidade de adequação dos ambientes laborais, particularmente na presente pesquisa, relacionados aos docentes idosos.

A partir da constatação da necessidade de espaços físicos seguros e sinalizados capazes de garantir acessibilidade dos profissionais com mais de 60 anos conforme padrões especificados na NBR 9050, partiu-se para a verificação *in loco* dos ambientes da Universidade, igualmente observando elementos listados na regulamentação da ABNT como relevantes para a acessibilidade de ambientes.

Posteriormente, procedeu-se a entrevista dos profissionais idosos a fim de verificar a realidade vivenciada por estes professores, e sua percepção acerca da adequação do ambiente laboral, e os elementos mais problemáticos relacionados à sua mobilidade no ambiente universitário.

A análise dos dados coletados se deu através da verificação de elementos visíveis nos registros fotográficos realizados quanto à acessibilidade e adaptação dos ambientes. Já em relação às entrevistas, foi realizada a análise e interpretação das respostas dos professores quanto à percepção de acessibilidade no ambiente laboral.

Por fim, diante dos resultados obtidos, foi realizada a proposta de intervenção na Universidade, cuja aplicação poderá promover uma alteração na qualidade de vida e segurança dos professores idosos da UFES (Apêndice B).

2.6 LIMITAÇÕES E MÉTODOS DE PESQUISA

Quanto às limitações na realização desta pesquisa, é preciso observar que os dados recebidos da UFES em relação à faixa etária dos professores não permitem inferir o quantitativo exato de novos professores em cada faixa etária.

Os dados recebidos foram divididos em faixas de 21 a 30, 31 a 40, 41 a 50, 51 a 60 e 61 a 70 anos. A utilização de faixas abrangendo 10 anos limita a precisão do estudo ao agrupar um grande número de profissionais em uma só faixa etária, fragilizando os dados analisados. Além disso, a ausência da data de nascimento não permitiu a análise da idade na data do ingresso, cuja análise se pretendia ao solicitar os referidos dados.

O grupo de docentes ingressantes de 21 a 30 anos especialmente é afetado, tendo em vista que os dados etários recebidos se referem ao tempo da consulta (e não do ingresso), o que implica em mudança de faixa etária posterior à investida no cargo, especialmente, neste caso, por ser mais frequente a conclusão da formação acadêmica próxima aos 30 anos, de modo que um maior percentual de pessoas deste grupo é afetado pela mudança de faixa etária.

Outro aspecto dificultador na presente pesquisa foi o fato dos professores com 60 anos se encontrarem na faixa de 51 a 60, de modo que não foi possível precisar o número de professores idosos na UFES, uma vez que são considerados idosos todos aqueles com idade maior ou igual a 60 anos, de modo que procedeu-se a utilização do número de professores idosos como aqueles com mais de 61 anos, excluindo aqueles com exatos 60 anos da contagem.

Em relação à pesquisa de campo, e especificamente quanto à observação de ambientes, focou-se nos problemas de acessibilidade visualmente identificáveis, e não nos aspectos técnicos que demandariam medições e análise técnicas, que não foram parte do escopo desta pesquisa, mas igualmente podem ser objeto de novas pesquisas por parte de profissionais tecnicamente preparados para tanto.

Também foram realizadas entrevistas a professores idosos, em que se buscou entrevistar aqueles cujo nome constava nos dados coletados junto à Universidade (foram nomeados 12 que ingressaram nos últimos 10 anos). Todavia, é preciso observar que existe um quantitativo muito maior de professores idosos da UFES, que totalizavam 169 professores idosos no momento da pesquisa.

A maior limitação deste trabalho recai sobre o universo e quantitativo dos professores pesquisados, que poderia ser expandida para representar com maior precisão o grupo dos professores idosos. Todavia, tal limitação não descaracteriza a presente investigação, tendo em vista objetivar a descrição de um problema, mas não o esgotar, sendo desejável que novas pesquisas venham a aprofundar a temática no futuro.

3 O PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR IDOSO

Neste capítulo serão discutidos os conceitos e relações referentes à idade idosa e ao exercício do magistério por profissionais acima de 60 anos, assim como o impacto desta questão na qualidade de vida desta população.

Para tanto, será utilizado como referência primária acerca dos idosos o livro “Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?” organizado por Ana Amélia Camarano e a legislação pertinente, em especial o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Acerca do exercício do magistério, a pesquisa terá como base a legislação existente no âmbito federal, assim como a regulamentação no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (resoluções e portarias).

Com relação aos direitos fundamentais, a bibliografia norteadora será o livro “Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988”, de Ingo Wolfgang Sarlet.

Outros conceitos e reflexões sobre o tema serão trazidos como forma de agregar diferentes perspectivas e novos conhecimentos acerca do objeto de pesquisa de modo a proporcionar um conhecimento abrangente capaz de fundamentar conclusões válidas sobre os resultados obtidos ao final da presente investigação.

3.1 OS DIREITOS DO IDOSO

3.1.1 Conceito de idoso

A definição de idoso não decorre unicamente da idade do indivíduo, mas de um conjunto de fatores que representam “um processo biológico de declínio das capacidades físicas, relacionado a novas fragilidades psicológicas e comportamentais” (CAMARANO, 2004, p. 4). Trata-se de um estado menos associado

ao tempo de vida e mais relacionado à capacidade mental e física para executar as funções essenciais de manutenção da vida e convívio social.

Todavia, ao analisar sob o aspecto da legalidade, o idoso é definido por força de lei no ordenamento jurídico brasileiro, utilizando um critério etário, o que reúne em um grupo um grande número de pessoas em situações diversas, o que torna sua utilização mais difícil. Neste sentido,

[...] acredita-se que “idoso” identifica não somente indivíduos em um determinado ponto do ciclo de vida orgânico, mas também em um determinado ponto do curso de vida social, pois a classificação de “idoso” situa os indivíduos em diversas esferas da vida social, tais como o trabalho, a família etc. (CAMARANO, 2004, p. 4).

A classificação de idoso adquire uma conotação pejorativa na sociedade em decorrência de sua associação à incapacidade física e psicológica, assim como reduzida participação na sociedade, descrição esta que não se adequa aos padrões contemporâneos de qualidade de vida e saúde na idade idosa.

Isso torna-se um problema à medida em que os próprios idosos passam a rejeitar a classificação por ainda não sofrer os efeitos da idade, ou simplesmente, pelo desejo de parecer ou se sentir mais jovens.

Esta busca pela prolongação da juventude produz efeitos ainda mais deletérios à população idosa, de modo que

nessa perspectiva a juventude perde a sua identidade de grupo etário específico para se transformar em um valor e um bem a ser conquistado, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequados. Nega as diferenças existentes entre os indivíduos em prol da busca do envelhecimento ativo, como contraponto à visão pessimista do envelhecimento. Encobre os problemas específicos da última fase da vida. (CAMARANO, 2004, p. 8).

Isso porque, embora seja tratada como uma idade fixa, a idade idosa vai ser diferente em função de fatores não somente físicos, mas também culturais e psicológicos, de modo que a classificação legal pode ou não coincidir com a realidade de cada indivíduo, sendo utilizado uma idade média na qual normalmente se inicia a percepção de dificuldades para a pessoa idosa.

Insta salientar que esta classificação possui efeitos práticos, uma vez que,

Classificam-se idosos [...] com objetivos de estimar demandas por serviços de saúde, por benefícios previdenciários e, também, como uma maneira de distinguir a situação dos indivíduos no mercado de trabalho, na família e/ou em outras esferas da vida social. (CAMARANO, 2004, p. 5).

Desta forma é possível observar que a lei, ao estabelecer um critério para agrupar um grupo demasiado heterogêneo, buscou balancear aspectos físicos e socioculturais e convertê-lo em um critério facilmente identificável, o que foi definido no Estatuto do idoso, nos termos seguintes:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (BRASIL, 2003).

Tal opção legislativa reflete não somente a expectativa de vida da população brasileira, mas também as condições de saúde, trabalho, aposentadoria, qualidade de vida e convivência social que se visa assegurar à população como um todo através de políticas públicas direcionadas a esta parcela da população.

É a partir desta definição de idoso, portanto, que serão feitos estudos e pesquisas que serão fundamento para as políticas públicas direcionadas a esta parcela da população, especialmente quanto a questões de saúde, qualidade de vida, trabalho e previdência.

Neste sentido, a definição de idoso é de grande importância para toda a população, e a sua definição foi expressa em lei sob o marco etário de sessenta anos para a idade idosa. A fixação de uma idade média tem como desvantagem a impossibilidade de compreender as mudanças ocorridas na saúde e qualidade de vida nos últimos anos, assim como não alcança igualmente as populações de regiões distintas do país, ou ainda o estilo de vida das distintas classes sociais existentes no Brasil.

A lei, considerada representativa do momento de sua criação, sofre com a impossibilidade de se manter atualizada frente aos eventos tanto de melhoria quanto de redução de qualidade de vida, assim como falha em representar a parcela da

população que, vivendo com qualidade de vida, não sofre os efeitos da velhice ao alcançar os sessenta anos, assim como o outro lado do espectro, que sem qualidade de vida e saúde e com trabalhos que demandam grande esforço físico, frequentemente sofrendo os efeitos da idade antes do marco legal.

Neste sentido, em que pese o estereótipo acerca dos idosos, o que se verifica é que com o avanço da medicina e das tecnologias capazes de melhorar a qualidade de vida da população, é cada vez mais frequente a ocorrência de pessoas mantendo-se ativas no trabalho e na sociedade, e isso é um reflexo da evolução da sociedade em todo o mundo.

3.1.2 Direitos fundamentais do idoso e ações afirmativas

Após conhecer o grupo denominado idosos no Brasil, é preciso também conhecer os seus direitos. Ao analisar os direitos do idoso relacionados aos direitos fundamentais é preciso compreender os dispositivos constitucionais referentes à dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais da pessoa humana, para somente após fazer uso do conceito de ações afirmativas de modo que, diante da situação do idoso na sociedade contemporânea, seja possível assegurar a manutenção de seus direitos.

Ao analisar este fundamento constitucional é preciso ter em vista que a legislação brasileira tem a Constituição como fonte e superior hierárquica de todas as demais normas do ordenamento jurídico nacional. Destarte, os princípios e os direitos fundamentais nela elencados são valores especialmente protegidos, que devem ser direta e imediatamente aplicados pelos agentes do Estado.

É preciso ter em vista que o texto constitucional de 1988 elencou a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental (artigo 1º, inciso III, CF/88), excluindo a dignidade do rol dos direitos e garantias fundamentais. Essa distinção é salientada por Ingo Wolfgang Sarlet como uma opção legislativa que dá uma maior importância à dignidade da pessoa humana que,

[...] para além de seu enquadramento na condição de princípio e regra (e valor) fundamental, é (são) também fundamento de posições jurídico-subjetivas, isto é, norma(s) definidora(s) de direitos e garantias, mas também de deveres fundamentais. (2015, [s.p.]).

Assim, ao fazer uso do princípio da dignidade da pessoa humana como orientador de todo o ordenamento jurídico é possível extrair dele normas referentes a direitos humanos autônomas, não se confundindo o princípio da dignidade da pessoa humana como os direitos fundamentais elencados no título seguinte.

O autor ainda salienta que o princípio da dignidade da pessoa humana se desdobra em aspectos distintos, de um lado visa impedir a violação da dignidade de uma pessoa pelo Estado, e por outro como um objetivo que deve ser perseguido pelo Estado de conceder uma vida digna a toda a população, compreendendo tanto aspectos prestações negativas (abster-se de violar direitos) quanto positivas (promover e defender o direito de todas as pessoas).

Neste sentido, o princípio da dignidade da pessoa humana serve como elemento de conexão com os direitos fundamentais, atuando como referência em decisões tanto políticas quanto jurídicas (SARLET, 2015, [s.p.]), aplicando-se também a todos os dispositivos constitucionais devido à sua condição de princípio fundamental.

Ao analisar os direitos fundamentais contidos na temática dos direitos do idoso, inicialmente há que se mencionar que o direito à isonomia veda o tratamento discriminatório entre seres humanos.

Neste sentido, é importante observar conforme destacado por Sarlet, que a isonomia “não conflita com identidade única e irrepetível de cada pessoa” (2015, [s.p.]), significando que ao levar em consideração as necessidades específicas do indivíduo e lhe assegurando direitos distintos, não ocorre uma violação do direito à isonomia, mas sim sua concretização ao conceder uma igualdade de condições.

Acerca de tal distinção na aplicação do direito fundamental à igualdade, Flavia Piovesan observa que,

Destacam-se [...] três vertentes no que tange à concepção da igualdade: a. igualdade formal, reduzida à fórmula “todos são iguais perante a lei” (que no seu tempo foi crucial para a abolição de privilégios); b. igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério socioeconômico); e c. igualdade material, correspondente ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios). (2005, p. 47).

É na igualdade material, portanto, que considerando as particularidades de cada indivíduo, que podemos encontrar os fundamentos para a proteção dos direitos da pessoa idosa.

Outro direito inserido neste contexto é o direito ao mínimo para uma existência digna, descrito por Sarlet como “direitos fundamentais, sociais, econômicos, culturais e ambientais” (2015, [s.p.]), dentre os quais importa ressaltar na presente investigação a proibição de discriminação nas relações de trabalho, produto de reivindicações de trabalhadores submetidos a condições extremas de vida e trabalho ainda hoje existentes e combatidas, visam assegurar aos trabalhadores um direito fundamental ao trabalho em condições dignas.

Sob essa perspectiva, é necessário também assegurar que os idosos tenham uma condição digna de trabalho, e não se sintam isolados no ambiente laboral por não conseguir manter o ritmo de trabalho estipulado aos demais trabalhadores, assim como consigam arcar com suas despesas e se manter com dignidade na idade idosa.

É preciso ainda observar que o regime previdenciário vigente não dá direito à integralidade dos vencimentos no caso de aposentadorias antes do tempo de contribuição previsto, ainda que por motivo de doença. Nas chamadas aposentadorias proporcionais, a perda financeira é significativa e implica em grande perda de qualidade de vida por parte do aposentado.

Em decorrência dos direitos dos idosos previamente elencados, a proteção dos direitos humanos passa a requerer que o Estado, além de coibir violações aos direitos dos idosos, passe também implementar as chamadas ações afirmativas, ou seja, promover ações institucionais de promoção aos direitos fundamentais das minorias.

Desta forma, é dever do Estado promover políticas previdenciárias que proporcionem aos trabalhadores uma renda capaz de se manter com dignidade na idade idosa, e ainda promover ações corretivas capazes de sanar eventuais falhas quando tal direito não se concretiza como deveria.

Isso porque a evolução da proteção dos direitos humanos passou do estágio da igualdade formal, que assegurava os mesmos direitos para todas as pessoas independente de raça, credo, religião, etc. através da punição de violações, para uma proteção especial das minorias através da concessão de direitos aos grupos vulneráveis, como negros, crianças e mulheres através de atos de promoção da igualdade (PIOVESAN, 2005, p. 46-48).

É neste contexto que se inserem os direitos das pessoas idosas, um grupo detentor de direitos fundamentais que demandam uma proteção especial em função de sua situação de vulnerabilidade física e social decorrentes do surgimento de diversas limitações surgidas com a idade avançada.

Neste sentido, a própria Constituição Federal reconhece a vulnerabilidade da pessoa idosa e estabelece proteções a este grupo, como é possível observar no artigo 230, cuja redação segue:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BRASIL, 1988).

Tal dispositivo coaduna com a ideia de que o idoso deve permanecer integrado à comunidade, e no contexto atual em que cada vez mais o trabalho se impõe às pessoas idosas, sua dignidade deve ser preservada também no ambiente de trabalho, de modo que é preciso superar uma

[...] concepção cultural, que vê a incapacidade funcional como condição inexorável da velhice e responsabilidade exclusiva de quem a vivencia, desresponsabiliza o Estado e a sociedade de seu dever constitucional e ético de amparar pessoas idosas em situação de vulnerabilidade (PEREIRA; GIACOMIN; FIRMO, 2015, p.1458).

Por conseguinte, é dever do Estado promover políticas públicas que proporcionem trabalho à parcela idosa da população, especialmente tendo em vista que após as reformas previdenciárias nos últimos anos a previsão de tempo de contribuição necessários para aposentadoria aumentou significativamente.

É preciso ressaltar ainda que é conhecida a tendência do mercado de trabalho em favorecer a maior produtividade, o que torna a competitividade do trabalhador idoso mais difícil, dada a redução de sua velocidade e capacidade física de realização de tarefas.

Além do incentivo à criação de postos de trabalho direcionados à população idosa, é preciso levar em consideração que os idosos possuem necessidades específicas para que possam permanecer no mercado de trabalho. Em contrapartida, é necessário reconhecer a experiência e habilidades dos trabalhadores mais velhos que podem e devem ser exploradas no mercado de trabalho.

Neste sentido, a iniciativa privada tende a aproveitar mais significativamente os profissionais idosos em cargos e funções diferentes, enquanto na iniciativa pública as limitações de trabalho do profissional idoso esbarram na legislação que veda o desvio de função e na rígida definição das carreiras exercidas por servidores públicos.

Diante deste contexto, a criação de políticas internas que propiciem condições de trabalho adequadas e que possibilitem o aproveitamento das habilidades dos profissionais idosos no serviço público mostra-se tanto como uma ação afirmativa visando assegurar a dignidade da pessoa idosa, quanto como obediência aos mandamentos do princípio constitucional da eficiência da administração pública (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988).

Sobre o referido princípio constitucional da eficiência no serviço público, é possível observar em uma de suas vertentes, a necessidade de que o agente público exerça suas funções de modo a obter melhor desempenho e melhores resultados (ALEXANDRINO; PAULO; 2017, p. 255-256).

Isso significa que os servidores públicos devem ser aproveitados de modo a maximizar seu desempenho e conceder maior eficiência à atividade pública que desenvolvem, o que só poderá ser alcançado através de um ambiente laboral adequado às necessidades dos profissionais idosos.

Em outra análise, é preciso observar que a implementação de ações afirmativas no caso do trabalhador idoso, não decorre somente da necessidade de reparação de um preconceito de origem histórica, ou até mesmo em função do envelhecimento populacional ser um fenômeno recente no Brasil, mas como forma de promover uma alteração que se deseja na sociedade, conforme explica Flávia Piovesan ao observar que,

As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório -, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade. (2008, p. 890)

Objetiva-se, assim, que a ação afirmativa produza efeitos na redução da discriminação da população idosa tanto no aspecto profissional quanto no convívio social, sendo um elemento de fomento à manutenção ou reinserção da população idosa no convívio social e profissional.

A promoção de igualdade, portanto, passa a ser o objetivo por trás da criação de condições favoráveis ao trabalho do idoso no setor público, de modo a propiciar condições dignas de trabalho que respeitem as limitações decorrentes da idade, condições essas que serão exploradas mais detidamente nos tópicos seguintes.

3.1.3 O crescimento do trabalho na terceira idade

Em decorrência do aumento da expectativa de vida da população e também de sua qualidade de vida, o parâmetro de idoso tem se alterado em grande escala nos últimos anos em todo o mundo.

No Brasil, essas mudanças do perfil do idoso ocorreram de maneira bastante acentuada, promovendo um aumento da expectativa de vida da população entre os anos de 1940 e 2016 de 30,3 anos, alcançando em 2016 a expectativa de vida 75,8 anos (IBGE, 2017).

Diante deste cenário, tornou-se necessário reavaliar as políticas previdenciárias, visando adequar proporcionalmente o tempo de vida ativa, contribuição e expectativa de sobrevivência após a aposentadoria, de modo que o sistema previdenciário pudesse arcar com tais despesas. É neste período de transição em que se iniciam os conflitos geracionais pois,

A visão do idoso como intrinsecamente improdutivo leva a se pensar que mesmo que o envelhecimento seja desejável sob a perspectiva dos indivíduos, o crescimento da população idosa pode acarretar um peso sobre a população jovem e o custo de sustentá-la vir a se constituir uma ameaça ao futuro das nações. Deu origem à preocupação com a “crise do envelhecimento”, pois os idosos são considerados grandes consumidores de recursos públicos, principalmente, de benefícios previdenciários e serviços de saúde. (CAMARANO, 2004, p. 7).

Como visto, o papel do idoso sofreu grande impacto em decorrência da situação econômica, especialmente durante períodos de recessão econômica na década de 90 e com a introdução de políticas de austeridade fiscal dos anos 2000, que culminaram nas grandes reformas previdenciárias de 1998 (Emenda Constitucional n. 20 de 1998) e de 2003 (Emenda Constitucional n. 41 de 2003), que alteraram o tempo de contribuição e idade necessários para aposentadoria, assim como percentuais do salário a ser recebido ao se aposentar, uma vez que deixa de existir paridade entre ativos e aposentados.

As referidas reformas se consolidaram com o advento das leis que introduziram o sistema de previdência complementar para servidores públicos federais (Lei n. 12.618 de 2012) e alteraram as regras do regime geral de previdência através da introdução do fator previdenciário (Lei n. 13.183 de 2015).

Neste sentido, é importante salientar que a necessidade de adequação das normas previdenciárias são uma realidade em diversos países, uma vez que,

Ao contrário dos países desenvolvidos que se tornaram ricos antes de envelhecer, os países em desenvolvimento estão envelhecendo antes de enriquecerem. Este fato traz um imenso desafio para os países em desenvolvimento em muitas áreas, incluindo a seguridade social e o crescimento econômico (KALACHE, 2008, p. 1110).

É importante salientar, todavia, que o sistema previdenciário precisa ser pensado tanto em seu aspecto financeiro quanto em seus efeitos sociais, e não se tornar instrumento de impor o trabalho além das condições físicas e psicológicas das pessoas idosas, de modo a garantir a existência digna do aposentado em equilíbrio com a necessidade de reduzir o déficit previdenciário.

Embora já tenham sido implementadas diversas alterações no sistema previdenciário brasileiro, continuam abundantes as propostas de alteração legislativa que implementam mais requisitos à sua concessão e alteram os valores pagos aos aposentados, de modo que o tempo de contribuição, idade necessários para se aposentar, assim como a renda dos aposentados, ainda não parecem ter se estabilizado no Brasil.

Todas essas reformas conduziram a uma mudança ainda mais profunda no papel do idoso na sociedade, tendo em vista que as perdas financeiras inerentes à aposentadoria e a redução da assistência governamental a esta parcela da população tornam cada vez mais difícil a manutenção da vida dos idosos, fazendo com que se tornem cada vez menos autônomos e ativos na sociedade.

Neste sentido, salienta-se que,

Até a primeira metade do século XX, a velhice era responsabilidade quase exclusiva da família, que estava estabelecida em um arranjo sustentável. [...] O Estado transferiu ao cidadão as responsabilidades, se possível de maneira integral, de suas demandas e obrigações relativas à qualidade de vida e à reprodução da força de trabalho. (VÉRAS; FELIX, 2016, p. 446).

Como reflexo destas alterações, surge um novo perfil de idosos que muitas vezes permanece no mercado de trabalho após completar os requisitos para aposentadoria ou retornam ao mercado de trabalho buscando manter seu potencial de consumo e, conseqüentemente, a manutenção da importância de seu papel social enquanto participantes ativos.

É importante salientar que houve um crescimento no percentual de idosos aposentados no Brasil com o advento da Constituição Federal de 1988, com expressivo crescimento no número de aposentadorias no meio rural. Todavia, tal aumento não se converteu em redução do trabalho das pessoas maiores de 60 anos, que continuam tendo a questão econômica como principal motivação para o trabalho idoso (CAMARANO, 2004, p. 478), mas sim da inclusão de uma parcela da população antes desatendida pela previdência.

Embora a questão econômica seja um dos maiores fatores para o trabalho idoso no Brasil, ao analisar o caso dos professores de magistério superior é possível verificar que a questão financeira não é um fator preponderante. Isso porque profissões que requerem um nível de escolaridade elevado costumam exigir menos fisicamente do trabalhador, facilitando o aumento do período ativo desses profissionais, e há uma tendência natural que esses trabalhadores idosos se mantenham ativos por períodos mais longos.

Acima dos fatores citados, o início tardio na carreira e as mudanças na legislação previdenciárias obrigam esses profissionais a continuarem ativos após alcançar a idade idosa, independentemente de suas opções pessoais.

Outro aspecto a ser considerado é de que o trabalho do idoso é também uma forma de integração deste grupo na sociedade, tendo em vista que muitas vezes essa parcela da população é progressivamente alienada do convívio social, seja por não se adaptar às novas tecnologias, ou às novas práticas sociais, ou simplesmente por ver reduzido o grupo de familiares e amigos também em idade avançada.

Entretanto, embora sejam percebidos benefícios na permanência no mercado de trabalho, é preciso que tal inserção seja realizada de maneira adequada, cientes da necessidade de qualificação ou reciclagem adicional, das necessidades especiais desse trabalhador, assim como a valorização dos benefícios inerentes à maturidade do profissional idoso.

Neste sentido, a imposição de maior tempo de trabalho sem que existam condições dignas para exercê-lo trata-se de uma violação dos direitos da pessoa idosa, uma vez que,

[...] a discriminação significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Logo, a discriminação significa sempre desigualdade. (PIOVESAN, 2005, p. 48).

A discriminação em decorrência da incapacidade ou de limitações dos profissionais idosos, embora ainda não pesquisada extensivamente, pode ser observada no cotidiano de vários ambientes laborais onde o trabalhador idoso é indesejado, visto como menos produtivo ou lento, e até mesmo considerado menos capacitado.

As mudanças na dinâmica do trabalho afetam de maneira significativa essa parcela da população que muitas vezes, precisando continuar a trabalhar, acaba exposta a condições inadequadas de trabalho e convivência social, ou ainda alvo de hostilidades ao disputar postos de trabalho com novos profissionais, sendo frequentemente mal remunerada.

Diante do exposto, torna-se necessário conhecer as particularidades da atividade profissional do professor de magistério superior, e como o profissional idoso se relaciona com essas atividades, conforme será analisado nos tópicos seguintes.

3.2 O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Para compreender as atividades de docência serão analisadas as legislações aplicáveis aos professores de magistério superior na rede pública, em que se destaca a Lei n. 12.772 de 2012, que estabelece o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. Já na discussão acerca do desgaste e desafios enfrentados pelos professores de magistério superior serão utilizados como referência publicações periódicas que abordaram a temática.

3.2.1 A atividade de ensino

Ao pensar na profissão do professor, é preciso ter em vista que a atividade de ensino não se adequa aos modelos clássicos de trabalho industrial e seus modelos de produtividade desenvolvidos ao longo dos anos. A docência é uma prestação de serviço de natureza intelectual cujo produto não pode ser objetivamente mesurado (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2003, p. 264).

Assim, ao analisar as atividades exercidas por professores assim como o modo de organização dessa profissão, é preciso ter em mente que os aspectos objetivamente mensuráveis não esgotam suas atividades ou da dedicação necessária para a transmissão de conhecimentos ocorra, assim como em última análise, o professor depende de receptividade dos alunos para completar com sucesso sua função de ensino e efetivamente transferir conhecimentos.

Diante deste cenário, é preciso conhecer como é descrita a atividade de docência e como objetivamente são medidas as atividades dos professores de magistério superior nas instituições de ensino superior brasileiras.

Tendo em vista o recorte da presente pesquisa, exercício da docência no ensino superior é regulamentado no âmbito federal pela Lei n. 12.772 de 2012, que embora englobe também o ensino básico, técnico e tecnológico, somente os aspectos referentes ao ensino superior serão objeto de análise.

Para conhecer a carreira, suas classes e denominações, é preciso analisar a seu artigo 1º, incisos I e II e parágrafos 1º e 2º da Lei n. 12.772 de 2012, em que são descritos os cargos e as cinco classes nas quais se dividem, nos termos seguintes:

Art. 1º Fica estruturado, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - Carreira de Magistério Superior, composta pelos cargos, de nível superior, de provimento efetivo de Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987;

II - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Magistério Superior;

[...]

§ 2º As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

I - Classe A, com as denominações de:

- a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular. (BRASIL, 2012).

A evolução da carreira, portanto, se inicia na classe inicial A até a classe E, contendo subdivisões correspondentes à titulação ingressante (Classe A). É possível encontrar na página da Universidade Federal do Espírito Santo informações acerca da forma de evolução carreira do magistério superior nos termos seguintes:

Progressão, Promoção e Aceleração da Promoção Docente

Definição

O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

A **Progressão** é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior, dentro de uma mesma classe; e a **Promoção** é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Há, também, a **Aceleração da promoção**, que é a mudança para o nível inicial de uma classe superior, pela obtenção de título de mestrado ou doutorado, que dependerá apenas da aprovação em estágio probatório, não havendo necessidade de observar o interstício. (UFES, 2018).

Diante de tais informações, é possível verificar que a obtenção de titulação é parte da evolução da carreira do magistério superior, sendo necessário o título de mestre para ingresso na Classe B, e doutorado para ingresso na Classe C (art. 13 da Lei 12.772 de 2012). Especificamente para evoluir para a Classe E, é preciso ainda atender aos requisitos dispostos no artigo 12, IV, cuja redação segue:

Art. 12. O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

[...]

§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

[...]

IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular:

- a) possuir o título de doutor;
- b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
- c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita. (BRASIL, 2012)

Cumprido destacar que progressão e promoção dos professores de magistério superior ocorrerão a cada 24 meses, enquanto a aceleração ocorrerá independentemente de interstício.

Ainda acerca das possibilidades de avanço na carreira, no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo é a resolução n. 52/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que regulamenta a avaliação de desempenho para fins de progressão, promoção e aceleração da carreira. Nesta resolução são estabelecidos critérios complementares para evolução na carreira nas classes de A até D, descritos ao artigo 7º, cuja redação segue:

Art. 7º. A avaliação para a progressão funcional na Classe A, com as denominações de Professor Adjunto A, Professor Assistente A e Professor Auxiliar; na Classe B, com a denominação de Professor Assistente; na Classe C, com a denominação de Professor Adjunto; e na Classe D, com a denominação de Professor Associado, levará em consideração, entre outros, os seguintes elementos:

- I. desempenho didático, avaliado com a participação do corpo discente;
- II. orientação de estudantes de mestrado e doutorado, monitores, estagiários ou bolsistas institucionais, bem como de alunos em trabalhos de conclusão de curso;
- III. participação em bancas examinadoras de monografias, dissertações, teses e concursos públicos;
- IV. cursos ou estágios de aperfeiçoamento, especialização e atualização, bem como obtenção de créditos e títulos de pós-graduação stricto sensu, exceto quando contabilizados para fins de promoção acelerada;

V. produção científica, de inovação, técnica ou artística;

VI. atividade de extensão à comunidade, de cursos e de serviços;

VII. exercício de funções de direção, coordenação, assessoramento, chefia e assistência na UFES ou em órgãos dos Ministérios da Educação (MEC), da Cultura (MINC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ou outro relacionado à área de atuação do docente;

VIII. representação, compreendendo a participação em órgãos colegiados na UFES ou em órgãos do MEC, MINC e MCTI, ou outro relacionado à área de atuação do docente, na condição de indicados ou eleitos;

IX. demais atividades de gestão no âmbito da UFES, podendo ser considerada a representação sindical, desde que o servidor não esteja licenciado nos termos do Art. 92 da Lei nº 8112, de 1990;

X. outras atividades não incluídas no plano de integralização curricular de cursos e programas oferecidos pela Instituição, tais como orientação e supervisão, participação em banca examinadora e outras desenvolvidas na Instituição pelas quais o docente não receba remuneração adicional específica. (UFES, 2017).

Já a progressão de níveis dentro da Classe D repete alguns dispositivos, mas inclui novas atividades para progressão, como é possível verificar em seu artigo 8º:

Art. 8º. A avaliação para promoção para a Classe D, denominada Professor Associado, da Carreira do Magistério Superior, e para progressão de um nível para outro dentro dessa Classe levará em consideração, entre outros, o desempenho acadêmico nas seguintes atividades:

I. desempenho didático, avaliado com a participação do corpo discente;

II. ensino na educação superior, conforme o Art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assim compreendidas aquelas formalmente incluídas nos planos de integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição Federal de Ensino (IFE);

III. produção intelectual, nas modalidades científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos, avaliadas de acordo com a sistemática da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para as diferentes áreas do conhecimento;

IV. pesquisa relacionada a projetos aprovados pelas instâncias competentes de cada instituição;

V. extensão relacionada a projetos aprovados pelas instâncias competentes de cada instituição;

VI. gestão, compreendendo atividades de direção, coordenação, assessoramento, chefia e assistência na UFES ou em órgãos do MEC, MINC ou MCTI, ou outro relacionado à área de atuação do docente;

VII. representação, compreendendo a participação em órgãos colegiados na

UFES ou em órgão do MEC, MINC ou MCTI, ou em outro relacionado à área de atuação do docente, na condição de indicado ou eleito;

VIII. demais atividades de gestão no âmbito da UFES, podendo ser considerada a representação sindical, desde que o professor não esteja licenciado nos termos do Art. 92 da Lei nº 8112, de 1990;

IX. outras atividades não incluídas no plano de integralização curricular de cursos e programas oferecidos pela Instituição, tais como orientação e supervisão, participação em banca examinadora e outras desenvolvidas na Instituição pelas quais o docente não receba remuneração adicional específica. (UFES, 2017).

É possível observar, diante do exposto, a inclusão de critérios associados à CAPES e ao CNPq, assim como a necessidade de aprovação das atividades de pesquisa e extensão por órgãos da Universidade.

Em que pese a diversidade das atividades listadas na carreira de magistério no ensino superior, a resolução introduz um sistema de pontuação por áreas nas quais o docente terá que comprovar um quantitativo mínimo no interstício para fazer jus à progressão, conforme é possível observar a seguir:

Art. 35. As áreas de pontuação obedecerão ao disposto no Anexo I desta Resolução e são as seguintes:

I. Área 1: Ensino;

II. Área 2: Orientação;

III. Área 3: Produção Intelectual;

IV. Área 4: Pesquisa e Extensão;

V. Área 5: Qualificação Docente;

VI. Área 6: Atividades Administrativas e de Representação;

VII. Área 7: Outras Atividades.

A resolução menciona pontuações mínimas a serem atingidos nas áreas 1 e 3, ou seja, ensino e produção intelectual, de acordo com a classe e a carga horária do professor. A área 1 denominada ensino compreende somente as atividades em sala de aula, enquanto a área 3 denominada produção intelectual consiste na produção intelectual quer seja a produção bibliográfica, artística ou técnica.

A referida resolução também estabelece limites para o computo de atividades até um limite específico de pontuação, a exemplo do que ocorre com a orientação de alunos limitada ao máximo de 40 pontos.

Assim, o que se verifica é que as atividades exercidas pelos professores de magistério superior são diversas, mas sua pontuação para fim de evolução de carreira é direcionada a atividades específicas cuja pontuação é mais alta, e não permite que o docente foque em atividades com as quais esteja mais confortável devido ao limite de pontuação para cada atividade que limita sua possibilidade de evolução na carreira.

Por fim, é importante salientar que, apesar da previsão de ingresso na carreira com título de graduação ou de especialista, tal hipótese é bastante incomum na atualidade, tendo em vista que a referida lei dispõe acerca do ingresso de professores não doutores mediante concurso público em seu artigo 8º nos termos seguintes:

Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

§ 1º O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.

[...]

§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior. (BRASIL, 2012).

Assim, ao exigir o grau de doutor como requisito inicial para ingresso na carreira, e somente permitir subsidiariamente o ingresso de mestres, especialistas ou graduados, cria-se uma barreira ao acesso de novos profissionais, sendo bastante incomum o ingresso destes professores sem o título de doutorado nos concursos para professor efetivo.

Tal barreira, logicamente implica ainda que o professor de magistério superior somente iniciará suas atividades profissionais após a conclusão do doutorado. Segundo a legislação atualmente aplicada para os professores de magistério superior,

a aposentadoria integral para o cargo ocorrerá na idade mínima de 60 para os homens e 55 anos para as mulheres, comprovando 35 anos de contribuição para os homens e 30 para mulheres.

Desta forma, se esse professor iniciar suas atividades profissionais ao final de seu doutorado na faixa etária com maior número de titulações de doutorado entre 35 e 39 anos (ALMEIDA; ZANLORENSSI, 2018), a sua previsão de aposentadoria já excederá o marco da idade idosa de 60 anos tanto para homens quanto para mulheres.

Diante dos elementos acima elencados, é possível perceber a coexistência de fatores que tornam a atividade de lecionar desgastante, destacando-se a multiplicidade de funções exercidas por esse profissional no âmbito da administração pública federal, em que o docente que ensina, pesquisa e também administra diversos setores das Universidades.

Em relação à função administrativa, é relevante observar que docentes são responsáveis pela administração de departamentos, colegiados, programas de pós-graduação, Pró-Reitorias e comissões diversas. Desta forma, é frequente que tais atividades exijam deste profissional habilidades de gestão para as quais nem sempre está capacitado, e frequentemente drenam o tempo de dedicação dos professores.

Outro fator agravante é o início tardio do trabalho do professor em decorrência da extensa formação acadêmica exigida para ingresso na carreira e, conseqüentemente, a aposentadoria tardia deste professor, que necessariamente terá que trabalhar na idade idosa.

Ademais, é preciso salientar acerca do exercício desta profissão, os altos índices de depressão e doenças funcionais que acometem os professores, de modo que se torna necessário analisar a seguir as causas específicas de desgaste relacionado ao exercício do magistério.

3.2.2 O desgaste do docente

A docência, como visto na seção anterior, pode compreender diversas atividades distintas. Todavia, lecionar disciplinas em sala de aula é a atividade principal que todo professor de magistério superior tem que exercer com uma carga horária mínima durante a sua carreira, o que torna o conhecimento acerca dos obstáculos enfrentados por esses profissionais especialmente relevantes.

O trabalho do professor é fundado em sua interação com alunos, familiares, e colegas de trabalho e gestores. Diante deste cenário, é possível observar que os professores precisam dialogar com um amplo espectro de personalidades, de jovens a idosos, pessoas com pouca e alto grau de instrução, das mais diversas situações financeiras e sociais, configurando um desafio para esse profissional compreender e se fazer entender.

Tais interações acabam por configurar uma situação de *stress* profissional, cujo fundamento é descrito por Sonia Aparecida Gonçalves Pinotti como “profissões de natureza empática, que exigem um contato longo e prolongado com as pessoas, parecem ser mais estressantes que outras” (2005, p. 209-210), resultando em um problema contemporâneo que faz com que “diversos trabalhos na literatura mundial apontam que ser professor é uma das profissões mais estressantes na atualidade” (PINOTTI, 2005, p. 210).

Essa situação de *stress* se relaciona com as alterações ocorridas na sociedade, especialmente relacionado às mudanças na forma pela qual alunos e familiares se relacionam com os professores, que perdem o caráter reverencial de mestre e adquirem uma característica de prestador de serviços, refletindo a mudança de paradigmas introduzido pela mudança dos modelos de produção, e seu impacto na atividade de ensino.

Outro aspecto destas alterações é apontado por Sonia Aparecida Gonçalves Pinotti ao salientar uma nova postura dos alunos que conversam, se mostram desrespeitosos e desinteressados nos estudos, e até mesmo conflitos violentos em sala de aula (2005, p. 2010).

Todos esses fatores exigem uma abordagem muito mais complexa por parte do professor, que terá que ativamente atrair o interesse dos alunos, a constantemente exigir respeito e atenção, assim como o medo de situações de violência em sala de aula (2005, p. 210-211), como é possível observar também no excerto abaixo:

Nas salas de aula, os exemplos são chocantes. Há alunos lendo revistas enquanto o professor fala ou interrompendo as aulas com atitudes infantis, com brincadeiras e declarações explícitas de que vão ser aprovados no fim do ano.

De um lado, esses comportamentos causam perplexidade em professores que sentem cada vez mais dificuldades em formar melhores cidadãos, com o esforço cotidiano de ministrar aulas, exigir trabalhos e avaliar desempenhos. De outro, a competência do professor é desafiada para encontrar uma forma de resolver ou, pelo menos, minimizar o problema (PINOTTI, 2005, p. 210).

Diante do exposto, torna-se necessário entender também a alteração nos modelos de trabalho industriais e sua utilização na administração das instituições educacionais, que promoveu uma mudança na lógica de deveres no processo de aprendizagem, atribuindo maior responsabilidade aos professores e menor valor à responsabilidade do aluno em se dedicar e aprender. Neste sentido, José Antonio Pereira observa que,

O caminho neoliberal, com suas várias propostas, tenta regular a atual crise do capital reduzindo o cidadão a ávido consumidor, sendo que a Educação não se isenta deste processo, tendo se tornado mais uma mercadoria que exige preços (simbólicos e reais) altíssimos para que possa ser consumida de “boa qualidade” pelos que podem comprá-la, e reduzida a sobras oferecidas àqueles que não podem arcar com seus “custos”. A precarização das condições de trabalho, que se obtém a partir de uma somatória de fatores que regem a manutenção da máquina capitalista produz pauperização e precarização atingindo a Educação, inclusive a de nível superior. (2012, p. 3).

Também é possível citar como efeitos desta nova lógica o surgimento de cursos de curta duração, introdução de critérios de produtividade na análise do trabalho do docente, e a redução da autonomia crítica e interrogativa dos professores (LEMOS, 2011, p. 107).

Neste sentido, fatores como aumento do número de alunos, pressão por resultados em indicadores de educação e pesquisa, demanda por formação direcionada ao mercado de trabalho entre diversos outros tornam-se fontes recorrentes para

pressionar os professores de magistério superior para a obtenção de resultados objetivamente verificáveis.

Embora estes indicativos possam ser considerados relevantes para análises específicas, não são representativos da qualidade do ensino, de forma que o foco na melhoria de resultados em processos avaliativos e indicadores nem sempre estará atrelado a uma efetiva melhoria na qualidade de ensino e na formação de profissionais mais capacitados.

Em que pese todo o desgaste experimentado pelos professores de magistério superior, tal profissional foi excluído da previsão do artigo 201, § 8º do texto constitucional de 1988 que, após a Emenda Constitucional n. 20 de 1998, passou a limitar a previsão de redução de cinco anos do tempo de contribuição necessários para a aposentadoria dos docentes somente aos professores do ensino infantil, fundamental e médio, o que parece refletir uma decisão estratégica para favorecer o ensino básico, e não se relacionar com o quão desgastante a atividade docente do ensino superior também é.

4 LIMITAÇÕES DO PROFESSOR IDOSO

Em relação à adequação das instalações físicas, a referência maior será a NBR 9050 de 2015, norma criada da ABNT que estabelece critérios para as adaptações de acessibilidade e mobilidade para idosos e deficientes físicos em diversos ambientes.

Além da regulamentação técnica, outros textos serão trazidos oportunamente para complementar as informações em discussão.

4.1 LIMITAÇÕES DO PROFESSOR

Como já visto, inúmeras são as limitações enfrentadas pelo idoso para permanecer no mercado de trabalho. Igualmente numerosas são as dificuldades enfrentadas pelo professor no exercício de suas funções. A combinação dos dois torna o exercício da profissão especialmente desafiador.

Embora as condições de trabalho do idoso sejam significativamente mais penosas para profissionais menos qualificados e em atividades mais pesadas, no caso do professor o trabalho na idade idosa decorre da necessidade de uma extensa formação acadêmica que posterga o início do exercício da profissão, de modo que esta categoria acaba atrelada ao trabalho na idade idosa.

É importante observar que o desgaste associado ao trabalho do professor vem se mostrando como um fator de adoecimento em todas as faixas etárias. Tal condição se agrava ao contextualizar a situação do professor idoso, que acumula ao desgaste da profissão as limitações decorrentes do envelhecimento, tornando necessário que sejam empreendidos esforços no sentido de prevenir que estes fatores combinados evoluam de modo a impedir as atividades profissional.

Ao analisar os embaraços ao trabalho do professor idosos, é preciso levar em consideração que,

[...] o trabalhador idoso é obrigado a adaptar-se a esse ambiente (re)construído. Ele habita, compartilha e frequenta diariamente o espaço público para exercer seu direito ao trabalho ou para atender a essa nova requisição de Estado, cada vez mais propício a enxergar o envelhecimento da população com lentes puramente fiscalistas, de protelar sua aposentadoria formal, estender sua vida laboral ou reinventar-se como nova força de trabalho depois do marco cronológico dos 60 anos. (VÉRAS; FELIX, 2016, p. 452).

Tal necessidade de se reinventar se relaciona à docência, especialmente tendo em vista que o professor de magistério superior lida constantemente com jovens, e precisa se comunicar eficazmente com esse público, sem deixar que seu vocabulário, por exemplo, seja uma barreira à transmissão de conhecimentos aos seus alunos. Neste sentido, cumpre salientar que,

O professor está sendo tirado de um meio cultural conhecido, em que se desenvolveu até então em sua existência, e está sendo colocado em um meio completamente distinto do seu, sem esperança de voltar à antiga paisagem social de que se lembra (CARLOTTO, 2002, p. 23).

Trata-se, portanto, de um processo de transição cultural pelo qual todos os professores passam durante sua carreira, cuja intensidade se acentua significativamente à medida que o professor envelhece, tendo em vista que sua referência de aprendizado torna-se cada vez mais distante de seus alunos, exigindo repetidamente que os profissionais se adequem e se adaptem às novas práticas de ensino e comunicação para que mantenham seus bons resultados e consigam transmitir os conhecimentos adequadamente.

Há que se observar também a necessidade de contínua atualização dos professores, uma vez que as constantes descobertas das ciências alteram continuamente as disciplinas que lecionam. O professor precisa manter-se em dia com todas as novidades relacionadas ao seu campo de atuação.

Acerca do chamado “avanço contínuo do saber”, é preciso observar ainda que, não envolve somente agregar novos conhecimentos, mas também “a renúncia a conteúdos e a um saber que vinha sendo de seu domínio durante anos” (CARLOTTO, 2002, p. 23). Isso implica em uma desconstrução de paradigmas relacionado aos seus conhecimentos, um processo que não se limita aos professores, mas que é especialmente penoso para essa categoria.

A adoção de medidas facilitadoras da permanência do professor de magistério superior no ambiente universitário público, portanto, atende interesses diversos. É muito importante manter a transmissão de conhecimentos acumulados por este profissional, e é importante que esse professor se mantenha propriamente integrado ao ambiente de trabalho de maneira saudável.

Desta forma, é importante retomar as lições de Flavia Piovesan, ao afirmar que,

Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto como processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. (2005, p. 48).

Neste sentido, é importante observar a dualidade a que os professores idosos são submetidos, se por um lado o professor universitário idoso tem que se manter atualizado para conviver com seus alunos e colegas professores, por outro lado física e mentalmente precisará preservar seu bem-estar e respeitar as limitações decorrentes da idade avançada para que possa permanecer no mercado de trabalho até a sua aposentadoria.

Insta salientar que o professor idoso, diferentemente de outras profissões, dependerá de seus alunos para ter sucesso ao ensinar, isso exige que se dedique a encontrar as melhores estratégias de ensino voltadas aos seus alunos de várias idades, culturas e condições sociais, aplicando estratégias para lidar com o conflito de discurso entre estes grupos.

Além disso, o professor em idade avançada também sofre efeitos físicos do desgaste inerente à sua profissão, e a idade avançada é o momento mais comum para que as doenças funcionais evoluam e tornem-se um impedimento ao exercício regular de suas funções. Assim, o ambiente de trabalho pode ser aplicado como uma ferramenta facilitadora de suas atividades ou se tornar mais um empecilho a se somar às já exaustivas atividades docentes.

4.2 O AMBIENTE DE TRABALHO ADAPTADO

O trabalho professor idoso requer um ambiente construído de modo a minimizar os desgastes físico e psíquico durante o exercício das suas atividades. As adaptações necessárias ao exercício profissional do idoso são, em sua maioria, coincidentes com aquelas indicadas aos portadores de deficiências motoras ou visuais, podendo-se observar que a própria legislação trata os assuntos conjuntamente na NBR 9050 de 2015, estabelecendo padrões que devem ser observados para construções, instalações e adaptações de edifícios.

Alguns autores trazem o conceito de “ambiente amigável” para descrever o ambiente adaptado a esta parcela da população, salientando sua importância, como é possível observar no excerto a seguir:

Ambientes amigáveis são aqueles capazes de se ajustar às competências e preferências dos idosos, dando a estes um senso de controle, de autoeficácia e de pertinência. Ao falarmos de competências quer-se dizer que, a despeito de possíveis limitações impostas, quer seja pelo próprio processo de envelhecimento quer seja por doenças, o indivíduo em um ambiente amigável é capaz de aperfeiçoar o máximo de suas habilidades e capacidades, em um ou outro domínio (PRADO; PERRACINI, 2011, p. 222).

Desta forma, para compreender a forma pela qual o ambiente passa a representar obstáculo às rotinas de trabalho deste grupo de pessoas, é preciso inicialmente ter em mente que a acessibilidade compreende, além do meio de acesso a edifícios, a liberdade para se locomover em todos os espaços, a capacidade de compreensão e segurança para utilização dos serviços e tecnologias ali existentes, e principalmente, assegurar que o idoso mantenha sua autonomia ao exercer suas tarefas.

A partir da compreensão da acessibilidade, existem quatro estados de sua verificação, quais sejam: acessível, adaptável, adaptado e adequado. O ambiente acessível é aquele que proporciona utilização em sua integralidade por todas as pessoas. Ambiente adaptável é aquele ambiente que não oferece plena utilização, mas que comporta alterações que o tornem acessível. Ambiente adaptado é aquele que já sofreu alterações e se tornou acessível. Por fim, o ambiente adequado é aquele que foi originalmente concebido para ser acessível.

Tais conceitos serão de maior importância no próximo capítulo, durante a análise dos espaços da Universidade Federal do Espírito Santo. Neste momento, iremos analisar alguns elementos listados na NBR 9050: 2015 que tornam um ambiente acessível.

A escolha dos elementos se deve à maior frequência no ambiente universitário, assim como o foco na acessibilidade de pessoas idosas em detrimento daqueles específicos para cadeirantes e deficientes visuais, pois embora se reconheça que tais ambientes devem também ser acessíveis neste sentido, fogem ao escopo da presente pesquisa.

Em relações a especificações técnicas e medidas para construção e reformas, estas serão evitadas, favorecendo as informações mais facilmente verificáveis pelos usuários afetados sem a utilização de instrumentos precisos de medida.

4.2.1 Acessos e circulação

São diversos os aspectos que devem ser observados para que um ambiente possa ser chamado acessível, e um dos mais básicos destes aspectos é o acesso e locomoção entre os diversos espaços existentes.

O primeiro item listado neste sentido pela NBR 9050 é a rota, definida como “trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações” (NBR 9050: 2015), estabelecendo que estas interligações devem ser iluminadas, sinalizadas e conectadas a entradas também acessíveis e conectadas às saídas de emergência.

No mesmo sentido são as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que salientam que,

A condição das calçadas tem um impacto óbvio na capacidade de locomoção do idoso. Calçadas estreitas, desniveladas, com rachaduras, que tenham meio-fio alto, ou que sejam congestionadas ou apresentem obstáculos, são potencialmente perigosas e afetam a capacidade dos idosos caminharem pelas ruas (OMS, 2008, p. 17).

A norma traz ainda regulamentação acerca dos estacionamentos, que é expressa no sentido de que estes devem reservar vagas para idosos e deficientes, e na ausência de ligação do estacionamento ao edifício por meio de rota acessível, o acesso deverá se localizar a menos de 50 metros do edifício.

Outro aspecto considerado refere-se ao piso, que deve favorecer a estabilidade do usuário através de superfície regular, firme e estável, preferencialmente sem inclinações ou desníveis.

Acerca dos corredores é determinado que sejam proporcionais à quantidade de pessoas circulando pelo local, com largura mínima definida de acordo com sua extensão, variando de 90 centímetros a 1,50 metros.

O deslocamento vertical em edifícios com mais de um pavimento deverá ser feito através de rampas ou elevadores. As rampas deverão obedecer ao limite de inclinação e conter elementos de segurança como corrimãos, e seguir especificações técnicas de segurança quanto à sua inclinação.

As escadas, particularmente, devem terminar com um espaço plano a fim de possibilitar a estabilização de postura do idoso antes de continuar o percurso, reduzindo assim, os riscos de acidentes (DE ALMEIDA PRADO; BESSE; LEMOS, 2010, p. 13).

Ainda quanto ao deslocamento vertical, o uso de elevadores deverá conter sinalização tátil e visual com orientações de embarque e desembarque, instruções de uso, indicadores de pavimento e dispositivo de comunicação para solicitar auxílio se necessário.

Além dos requisitos enumerados na regulamentação técnica, é possível ainda encontrar na literatura outros elementos de importância em ambientes acessíveis para idosos, dentre eles é importante destacar a necessidade de iluminação natural ou artificial dos ambientes de forma a evitar ofuscamento ou sombras. Outro elemento citado, é a necessidade de utilização de cores diferentes em pisos, paredes e portas, facilitando a identificação pela pessoa com menor acuidade visual. O mesmo ocorre

com a utilização de vidros e espelhos, que devem ser evitados quando sua utilização possa confundir o usuário (DE ALMEIDA PRADO; BESSE; LEMOS, 2010, p. 12-13). Neste sentido,

[...] há dificuldade para discriminar sombras, cantos e contrastes, o que pode ser compensado pelo aumento do nível de iluminação e sinalização. Contraste de cor entre piso, paredes e portas também ajuda a orientar quem já está com dificuldade (PRADO, 2005, p. 30).

Os estacionamentos e garagens acessíveis devem possuir vagas reservadas para idosos e portadores de necessidades especiais com sinalização vertical e localizadas perto das entradas, assim como devem permitir o acesso e a circulação dessas pessoas. As vagas para deficientes precisam ainda de espaço extra para circulação, piso regular e estável, assim como deve estar localizado a no máximo 50 metros do acesso à edificação.

Ao se conectar com calçadas e ruas, a acessibilidade deverá ser mantida, fazendo uso de faixas elevadas ou rebaixamento de calçadas, sempre observando o limite de inclinação de rampas.

A Organização Mundial de Saúde também aponta como necessária a existência de áreas de descanso e bancos ao longo de percursos para que os idosos possam descansar ao longo do percurso quando necessário (OMS, 2008, p. 16-17).

Neste sentido, é importante observar que “[...] a velocidade média de marcha de um idoso, para atravessar uma rua, é de 0,4 m/s e a adotada na maioria das cidades, ao calcular o tempo do semáforo, é de 1,2m/s” (PRADO; PERRACINI, 2011, p. 224). Assim, ao se medir distâncias e tempo de percurso nos trajetos, é preciso levar em consideração as dificuldades enfrentadas pelas pessoas mais velhas.

4.2.2 Sanitários e banheiros

A NBR 9050 de 2015 regulamenta, também, a localização e as características necessárias para que sanitários e banheiros sejam acessíveis. Para tanto, é preciso

que estejam conectados a trajetos acessíveis, e à distância inferior a 50 metros de qualquer local da edificação. Uma recomendação acerca dos banheiros acessíveis é que estejam próximo ou interligados às demais instalações sanitárias.

Quanto à estrutura, os banheiros acessíveis devem possibilitar o uso por pessoas que necessitam de acompanhantes, preferencialmente com entrada independente para o caso deste acompanhante ser do sexo oposto, é recomendada ainda a instalação de duchas higiênicas.

Já quanto à quantidade de banheiros acessíveis, em regra geral, 5% dos sanitários devem ser acessíveis quando localizados em ambientes públicos, como é o caso da Universidade. Também deve sempre existir um banheiro adaptado em cada pavimento, e um para cada sexo, ainda que para tanto seja necessário exceder o percentual de banheiros acessíveis.

Outros elementos são necessários para a acessibilidade dos sanitários, sendo importante salientar que a regulamentação propõe soluções principalmente direcionadas aos cadeirantes, todavia, neste trabalho serão estudadas aquelas referentes à pessoa idosa, conforme serão discutidos a seguir.

Os banheiros acessíveis deverão ter área de circulação dentro do box, assim como as peças sanitárias deverão contar barras de apoio para melhorar a segurança e autonomia do idoso, facilitando os movimentos de sentar e levantar e evitando quedas.

Outro elemento mencionado são as portas, que poderão ser de eixo vertical ou de correr, mas deverão sempre ter puxador horizontal, e devem ter fechaduras de desenho universal, de fácil manuseio, e que possam ser acionadas com o dorso da mão.

Em relação aos pisos dos sanitários, deverão ser antiderrapantes, sem desníveis com grelhas e ralos fora da área de circulação, de modo a assegurar a circulação com menor risco aos idosos e às pessoas com deficiência.

A bacia sanitária ainda recebe atenção da regulamentação, que determina uma altura adequada para a utilização por cadeirantes, assim como sua localização no ambiente e sua integração com as barras de apoio a fim de permitir maior mobilidade aos usuários.

Já a válvula de descarga recebe destaque quanto ao seu posicionamento, que deve facilitar seu acionamento por cadeirantes, assim como não podem exigir grande força para acionamento.

Em relação aos lavatórios, deverão conter espelhos que possam ser utilizados simultaneamente por pessoas em pé e cadeirantes, barras de apoio próximas aos lavatórios, torneiras de acionamento automático ou com alavancas. Os lavatórios devem também ter alturas compatíveis com o uso de cadeirantes.

Os banheiros deverão contar ainda com cabides e porta objetos, que assim como os acessórios como papeleiras devem ser alocadas em locais de fácil acesso e alcance, sem obstruir as áreas de circulação, evitando acidentes.

4.2.3 Elementos particulares do ambiente universitário

Quanto ao ambiente escolar, a norma estabelece que as áreas de acesso, administrativas, de refeição, laboratórios e bibliotecas também devem ser acessíveis, de modo a possibilitar sua utilização por pessoas com mobilidade limitada ou com deficiência em todos os seus ambientes.

Especificamente, ao se referir aos *campi* universitários, a norma técnica destaca a necessidade de obediência às normas de acessibilidade em ambientes como “piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros” (NBR 9050: 2015).

Em relação aos auditórios, teatros e similares, a NBR 9050 de 2015 estipula que, além de atender às normas de acesso e circulação, devem reservar assentos destinados

às pessoas com mobilidade reduzida e seus acompanhantes, assim como tais assentos devem ser instalados em plano horizontal e próximos à rota de fuga.

Cumprido ressaltar que a acessibilidade nos auditórios não se limita aos espectadores, mas também se estende àqueles que se apresentam no local. Isso ocorre porque os docentes com frequência transitam entre os papéis de audiência e palestrantes.

4.2.4 Mobiliário e equipamentos

Em todos os ambientes, cabe ressaltar que os elementos do mobiliário interno aos edifícios acessíveis devem preservar sua natureza, ou seja, não devem obstar a acessibilidade. Neste sentido, a regulamentação estipula que, “Recomenda-se que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo” (NBR 9050: 2015).

Dentre os elementos listados na legislação, é possível encontrar as lousas, cuja altura inferior não pode ser menor que 90 centímetros, assim como devem também possuir vão para aproximação.

Outro item listado são as carteiras do tipo universitário, regulamentada expressamente a necessidade de pelo menos uma por sala cuja mesa seja separada da cadeira para garantir a acessibilidade.

Elementos variados ainda são listados na legislação, como bebedouros, guichês, balcões de atendimento, bancos de alvenaria, que devem ser igualmente observados na composição de um ambiente acessível;

Embora a regulamentação de acessibilidade não se aprofunde no tópico do mobiliário, outros elementos podem ser percebidos como particularmente problemáticos para os idosos, dentre eles podem ser listados a utilização de cadeiras de rodinhas para professores

De maneira complementar à legislação, outro elemento a ser observado no mobiliário é a utilização de materiais que absorvem ruídos, como cortinas e cadeiras estofadas, tendo em vista que,

Excesso de sons e ruídos pode causar estresse e confusão. Ao envelhecer, a acuidade auditiva vai sendo afetada. Vai-se perdendo a sensibilidade às frequências médias e baixas, especialmente sons agudos, gerando problemas de inteligibilidade (capacidade de distinguir sons). (DE ALMEIDA PRADO; BESSE; LEMOS, 2010, p. 13)

Neste sentido, é importante salientar a necessidade de que os edifícios sejam acessíveis, tendo em vista que tal adequação será responsável por melhorias na satisfação no trabalho e na qualidade de vida.

4.2.5 Outras questões pertinentes ao conforto no ambiente de trabalho

Um elemento relacionado ao envelhecimento é a redução do metabolismo e a consequente alteração das glândulas sudoríparas, fazendo com que seja mais difícil perceber mudanças de temperatura do ambiente. Neste sentido, o idoso fica mais suscetível a sofrer os efeitos da variação de temperatura (hipotermia ou hipertermia), tornando importante a regulação adequada dos aparelhos de ventilação e condicionamento de ar (PRADO, 2005, p. 31).

A redução da acuidade visual inicia-se aos 40 anos, e aumenta gradativamente, reduzindo o campo visual, aumentando a sensibilidade à claridade e prejudicando a percepção de detalhes. Isso faz com que seja necessário tratar a iluminação e os contrastes do ambiente de modo a possibilitar o melhor domínio do ambiente, a exemplo do que foi mencionado ao tratar dos acessos e circulação (PRADO, 2005, p. 30-31).

Outro aspecto relevante diz respeito à perda de acuidade auditiva ao longo do tempo, que faz com que sons se tornem mais difíceis de distinguir. Neste sentido, a redução de ruídos nos ambientes se torna imperativo para melhorar a capacidade de comunicação dos idosos. Neste sentido, os ambientes de trabalho devem ter mobiliário com cortinas, estofados e demais materiais que absorvem sons, de modo a

reduzir os ruídos e facilitar a compreensão de sons pelos idosos (PRADO, 2005, p. 29).

Por fim, é importante salientar que os idosos também sofrem perdas olfativas, sendo importante que existam alarmes de incêndio, tendo em vista que a percepção de eventuais incêndios é significativamente reduzida por esta mesma razão, sendo necessário que existam sinalizações adequadas para orientar a saída em situações de emergência (PRADO, 2005, p. 30).

Neste sentido, é importante observar que pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde listam como elementos que favorecem o trabalho na idade idosa além da criação e divulgação de vagas, também a sensibilização de empregados em relação às necessidades dos idosos, ambientes de trabalho adequados, regras mais flexíveis quanto às licenças por motivo de doença (OMS, 2008, p. 48-49).

A importância de um ambiente adequado é uma das principais formas de incentivar a continuidade do trabalho na idade idosa, e é também uma demonstração de valorização do trabalho, contribuindo para que estes profissionais possam exercer suas funções de maneira efetiva, e reforçar a participação e contribuição dos idosos para a sociedade.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 DADOS COLETADOS SOBRE PROFESSORES DA UFES

Os dados acerca do quantitativo e idade dos professores foram solicitados à Universidade Federal do Espírito Santo através do Serviço de Informações ao Cidadão³. Os dados solicitados foram respondidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas da Universidade em 09 de abril de 2019.

Os itens solicitados foram uma relação dos professores da UFES lotados em Vitória que ingressaram na carreira entre 2010 a 2019, contendo data de ingresso, data de nascimento e titulação no momento do ingresso. Também foi solicitado o quantitativo geral dos professores da UFES em Vitória, distinguindo quanto à titulação e idade.

Em resposta, foram recebidas duas planilhas (Anexo A e dados compilados nos Anexo B e Anexo C), nas quais foram omitidas as datas de nascimento a fim de preservar a intimidade dos docentes. A informação etária dos docentes foi dividida em faixas, agrupando conforme intervalos de 10 anos, quais sejam: de 21 a 30 anos, de 31 a 40, de 41 a 50, de 51 a 60, de 61 a 70 e de 71 a 80 anos.

Os dados recebidos indicam um total de 1320 professores de magistério superior efetivos na Universidade Federal do Espírito Santo. Destes, apenas 12 estão incluídos na faixa etária de 21 a 30 anos, equivalendo a 0,9% do total de professores. Na faixa etária seguinte, de 31 a 40 anos, se encontram 322 docentes, que correspondem a 24,4% dos professores da Universidade. O grupo seguinte contempla o maior número de pessoas, é o de 41 a 50 anos, com 433 professores, totalizando 32,8% dos docentes. A faixa etária de 51 a 60 anos também representa uma parcela grande destes profissionais, sendo 394 docentes equivalendo a 29,8% do total. Entre 61 e 70 anos, são contados 152 profissionais, correspondendo a 11,5% dos professores da Universidade. Por fim, entre 71 e 80 anos, há 7 professores, com percentual correspondente a 0,5% da totalidade de professores de magistério superior.

³ Através da página <<http://sic.ufes.br/registre-sua-manifestacao>>, protocolado sob o número 23480.005697/2019-73.

Os dados acerca da titulação fornecidos também se referem à data da resposta do pedido de informações, tendo em vista que os dados referentes à data de ingresso não foram fornecidos, uma vez que tal informação não estaria disponível nos registros da Universidade. Assim, os dados referentes a ingressantes nos últimos 10 anos foram consideradas com ressalvas, pois levando em consideração o lapso temporal entre o ingresso e a data da coleta, as informações recebidas não permitem precisão quanto à idade ou titulação do docente ao ingressar nos quadros da Universidade.

Quanto à formação, do total de 1320 professores efetivos na UFES, 85,5% possuem titulação de doutor, deixando apenas 14,5% ou 192 professores abaixo desta titulação. Neste período, apenas cinco docentes ingressaram nos quadros da Universidade sem já possuir ou, concluir neste lapso temporal, a titulação de mestre nos últimos 10 anos.

Todavia, é possível observar no quantitativo referente ao ano de 2018⁴, que somente 5% dos ingressantes se encontravam na faixa mais jovem, de 21 a 30 anos. Na faixa de 31 a 40, 22 profissionais foram admitidos, equivalendo a 55% dos novos professores daquele ano. Na faixa de 41 a 50 anos foram admitidos 13 novos docentes, correspondendo a 32,5% do total de admissões. Entre 51 e 60 anos, foram admitidos 3 docentes, representando 7,5% dos professores admitidos naquele ano.

Ao verificar os dados referentes a 2019, embora incompletos, dos 14 novos professores, 4 se encontram entre 21 e 30 anos. Entre 31 e 40 anos, 6 docentes foram admitidos. Entre 41 e 50 anos, apenas um professor foi admitido. Entre 51 e 60 anos, dois professores ingressaram nos quadros da Universidade. Por fim, houve uma contratação na faixa de 61 a 70 anos.

Em relação ao ingresso, foi possível observar ainda uma queda no número de professores que não possuíam ou concluíram doutorado no período compreendido entre a admissão e a data da coleta de dados.

⁴ A escolha de dados referentes ao ano de 2018 decorre da necessidade de utilização de informações de um ano completo e o mais recente possível, de forma a reduzir as alterações de faixa etária decorrentes do lapso temporal entre admissão e data da coleta de dados.

Em 2010 foram admitidos 33 professores que até a presente data não são doutores, correspondendo a 15,3% do total. Já em 2011, apenas 5 docentes permanecem sem a titulação de doutor até a data da pesquisa, representando 14,7% dos professores admitidos. Em 2012 somente 2 professores ou 9,5% dos professores admitidos não possuíam ou concluíram o doutorado. Em 2013 este percentual sobe para 17,9%, totalizando 17 novos professores que até o momento não possuem o título de doutor. Já em 2014, o número de ingressantes que permanecem sem o título cai para 8, correspondendo a 18,2% das admissões. Em 2015 o percentual é de 9,3% com somente 4 professores permanecendo sem a titulação de doutor. O mesmo número de professores ingressou e permanece sem titulação em 2016, mas alcançando o percentual de 5,4% naquele período. Em 2017 este número de professores sem doutorado cai para 3, representando 5,3% das admissões. Já em 2018, somente um professor não doutor ingressou nos quadros da universidade, correspondendo a 2,5% dos novos professores da Universidade.

Embora os dados coletados não possibilitassem um completo entendimento acerca da titulação e idade dos novos professores da Universidade, foram capazes de demonstrar uma tendência ao ingresso de professores com formação técnica cada vez mais avançada e, portanto, com idades mais elevadas, assim como números expressivos de profissionais idosos em exercício.

5.2 VISITA A AMBIENTES DA UNIVERSIDADE

Dentre os ambientes da Universidade, foram selecionados alguns edifícios para análise e registro acerca da observância das regulamentações da ABNT relacionadas ao idoso.

Buscou-se, todavia, abranger tanto edificações antigas, construídas anteriormente às regulamentações de acessibilidade passíveis de adaptação ou adaptadas; quanto edificações novas, nas quais a acessibilidade é parte integrante do projeto original.

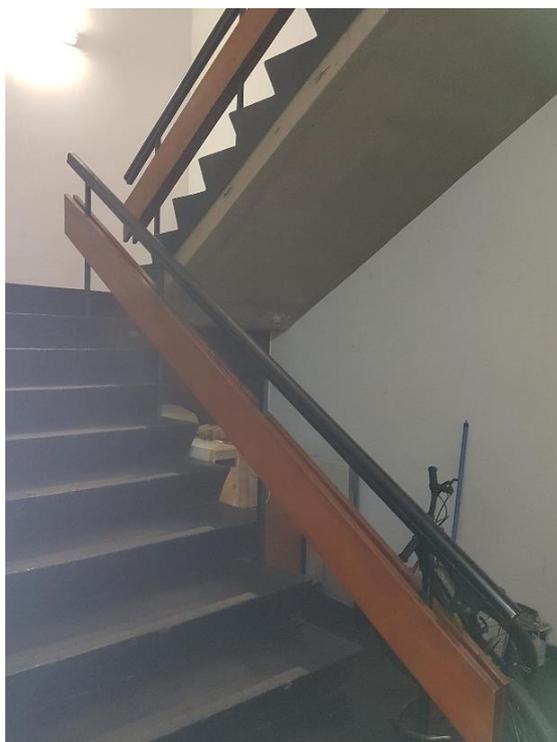
Neste sentido, importa observar que a Universidade Federal do Espírito Santo possui 8 centros localizados na cidade de Vitória, sendo 7 deles localizados no Campus de

Goiabeiras, e um localizado no Campus de Maruípe. Durante esta fase da pesquisa, todos os Centros foram visitados, sendo feito registro de dois edifícios de cada Centro, buscando abranger um edifício mais antigo e outro mais recente. Os registros fotográficos a seguir foram realizados entre junho e julho de 2019.

Ao transitar pelos ambientes da UFES foi possível observar a coexistência de diversos níveis de acessibilidade, tendo como uma tendência os edifícios mais antigos sendo os menos acessíveis, e novos prédios apresentando níveis variados de acessibilidade.

Dentre os problemas de acessibilidade, os mais comuns foram a presença de escadas sem possuir elevador ou rampas para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, como ocorre no CT IV no Centro Tecnológico (Figura 1) e no prédio administrativo do CCS (Figura 2).

Figura 1 - Escadas no CT IV



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 2 - Escadas na Administração do CCS



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Dentre os elementos listados pela NBR 9050 ausentes nos ambientes acima, além de elementos de medida técnica (medidas como largura da escada, altura dos degraus e ângulos), destacam-se os corrimãos e guarda-corpos, que devem ser contínuos e

presentes em ambos os lados, assim como verificou-se a necessidade de sinalização das escadas, sendo de especial utilidade a utilização de diferença de cores para facilitar a identificação da mudança de profundidade.

Foram encontrados também locais onde rampas de acessibilidade aos prédios estão danificadas, como é o caso do CEMUNI IV no Centro de Artes (Figura 3) e do Centro de Tecnologia (Figura 4).

Figura 3 - Acesso ao CEMUNI IV



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 4 - Acesso ao CT IV



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

As vias observadas acima não possuem qualquer sinalização e possuem buracos e desníveis que dificultam ou impedem o adequado acesso aos ambientes que conectam. A este respeito, a NBR 9050 estabelece que é preciso que as vias proporcionem a locomoção sem obstáculos ou interrupções, e de maneira sinalizada, sendo necessárias obras para substituir ou corrigir a pavimentação atualmente existente, e a inserção de sinalização da via.

No prédio administrativo do Centro de Ciências da Saúde o problema de acessibilidade é, além da inexistência de rampas ou elevadores e do calçamento

irregular (Figura 5), o bloqueio do acesso pelos carros estacionados no local (Figura 6).

Figura 5 - Via de acesso no CCS



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 6 - Acesso ao prédio da Direção do CCS



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Os registros fotográficos realizados exibem outras formas de obstáculo ao acesso, o primeiro através da inserção de degraus sem rampa e não sinalizados no meio da via somados ao piso irregular permitem concluir pela necessidade de elaboração de uma nova via seguindo as especificações de segurança como largura, inclinação, sinalização e sem buracos ou degraus.

Já em relação à segunda imagem, o bloqueio de acesso ao prédio através do estacionamento de carros em toda a extensão de sua entrada é facilmente resolvida através da remoção de uma vaga de estacionamento em frente à porta principal, de modo a possibilitar a entrada das pessoas idosas ou portadoras de necessidades especiais. Além disso, é possível observar a necessidade de adequação do piso, que apresenta desníveis capazes de provocar acidentes quando não visualizados adequadamente, e necessidade de sinalização da porta de vidro localizada à direita da imagem, que atualmente é de difícil visualização.

Outros espaços da Universidade apresentam desníveis de difícil visualização que aumentam significativamente o risco de quedas, como é o caso do prédio da Administração do CCE (Figura 7), do acesso ao IC IV no Centro de Educação (Figura 8) e do sanitário do CEFD (Figura 9).

Figura 7 - Desnível no prédio da Administração do CCE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 8 - Desnível no acesso ao IC IV



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 9 - Desnível no acesso ao sanitário do Anexo ao CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Os desníveis identificados nos diversos ambientes da universidade apresentam como principais problemas a utilização da forma de degraus em lugar de rampas, e principalmente de sinalização, tendo em vista que a maior parte dos pisos com

desnível sequer apresentam mudança de cor de modo a facilitar a visualização da mudança de profundidade, evitando acidentes.

Como dito, os edifícios mais recentes contam com elevadores para melhorar sua acessibilidade, como pode ser encontrado no ED VII no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (Figura 10) e no edifício de Audiovisual do Centro de Artes (Figura 11), embora parte dos aparelhos encontravam-se desligados ou com defeito no momento da visita.

Figura 10 - Elevador no ED VII



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 11 - Elevador no edifício Audiovisual do CAR



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em relação aos elevadores, os problemas encontrados relacionam-se mais à falta de manutenção ou de orientações claras para sua utilização. É preciso que os elevadores estejam disponíveis para utilização pelas pessoas idosas e portadoras de deficiência, informação que não está presente nas sinalizações encontradas, que utilizam o símbolo de cadeirante, que induz as pessoas à conclusão que outros grupos não podem utilizar os elevadores, é preciso que haja clareza e publicidade de modo a evitar constrangimentos aos usuários.

Em alguns edifícios foi possível observar as intervenções no sentido de adaptar os ambientes previamente não acessíveis, como é o caso do Auditório do Centro de Artes, que adicionou rampa metálica para possibilitar o acesso de cadeirantes (Figura 12), e do IC III no Centro de Ciências Humanas e da Natureza, onde foram realizadas obras de construção de salas de aula no segundo pavimento que foram conectadas ao segundo pavimento dos edifícios antigos, propiciando o acesso através de rampas (Figura 13).

Figura 12 - Rampa no Auditório do CAR



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 13 - Rampa no CCHN



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em relação aos sanitários, foi possível encontrar setores com banheiros contendo cabines acessíveis, como é o caso do edifício de Audiovisual do Centro de Artes (Figura 14). Há também locais com banheiros acessíveis exclusivos, como foi possível observar no prédio da Administração dos Departamentos do Centro de Educação (Figura 15) e também no prédio da Pós-Graduação em Química e Matemática do CCE (Figura 16).

Figura 14 - Banheiro acessível no edifício
Audiovisual do CAR



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 15 - Banheiro acessível na
Administração do CE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 16 - Banheiro na Pós-Graduação em Química e Matemática do CCE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em relação aos sanitários, a adequação inicial mais necessária é no sentido de evitar o seu trancamento, prática que obsta a utilização do espaço. Além disso, é válido ressaltar também neste caso, a necessidade de sinalizar aos usuários quais grupos podem se utilizar daquele ambiente, não se limitando aos cadeirantes e incluindo os idosos e portadores de outras deficiências.

Dentre as particularidades percebidas, cumpre destacar que o banheiro do Anexo do CEFD, apesar de apresentar outros problemas de acessibilidade, foi o único encontrado que possuía bancos para descanso em seu interior (Figura 17). No CEMUNI IV no Centro de Artes, há banheiros exclusivos para professores nas dependências da secretaria dos cursos, mas não foi possível identificar esforços de acessibilidade no local (Figura 18).

Figura 17 - Banheiro do Anexo do CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 18 - Banheiro dos professores no CEMUNI IV no CAR



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Ainda em relação aos banheiros, no ED III e IV os mesmos se encontram fora do pavilhão de salas de aula, sendo de difícil acesso devido à distância (Figura 19), especialmente nos dias de chuva, uma vez que o percurso não possui cobertura em toda sua extensão.

Neste sentido, é importante que os banheiros acessíveis estejam a distâncias razoáveis e ligados em percursos acessíveis e preferencialmente cobertos, de modo a garantir o acesso dos idosos e dos portadores de deficiência.

Figura 19 - Extensão do ED III e IV no CCJE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Os referidos banheiros possuem rampas para acesso (Figura 20), e possuem boxes acessíveis, mas os mesmos se encontravam trancados no dia da visita. Ainda no CCJE, somente nos banheiros do ED I e II, relativamente próximos aos do ED III e IV, foi possível encontrar um banheiro acessível aberto (Figura 21 - Banheiro dos ED I e II).

Figura 20 - Banheiro dos ED III e IV no CCJE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 21 - Banheiro dos ED I e II



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Outro aspecto relevante é a necessidade de manter os banheiros abertos, tendo em vista que não é razoável exigir que a pessoa com limitações de locomoção procure o responsável para abrir o banheiro ou se desloque a banheiros distantes.

Em relação aos estacionamentos, foi possível observar a existência de vagas reservadas aos deficientes físicos e idosos, sendo mais comum a existência de uma para cada, como ocorre no estacionamento do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (Figura 22) e do Centro Tecnológico (Figura 23). No Centro de Ciências da Saúde é possível observar que a pavimentação do estacionamento é irregular, embora abranja a reserva de uma vaga para idosos e uma para deficientes físicos (Figura 24). Somente no estacionamento do Centro de Educação Física e Desportos foi encontrado duas vagas para idoso e duas para deficientes físicos (Figura 25).

No caso específico os estacionamentos, com a diferenciação das vagas de idoso e de “deficientes físicos” representada pelo desenho de um cadeirante conflita com a utilização na norma técnica, que utiliza o símbolo de forma abrangente para os dois casos (NBR 9050, 5.3.2 Símbolo internacional de acesso), causando confusão em sua utilização em outros contextos em que esta diferenciação não ocorre, induzindo a um sentimento de não pertencimento por parte dos idosos.

Figura 22 - Estacionamento do CCJE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 23 - Estacionamento do CT



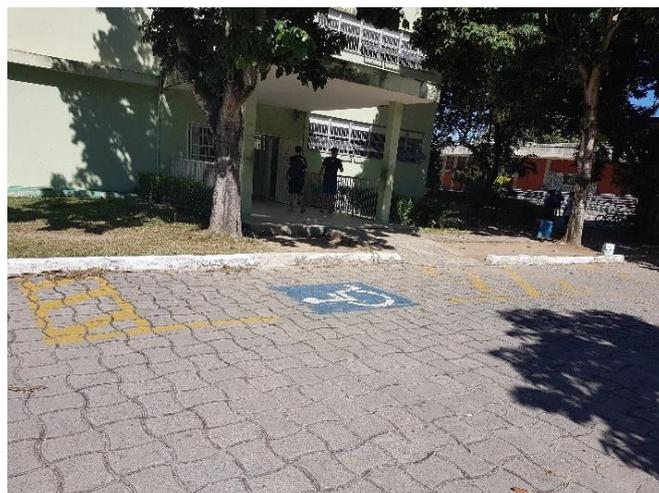
Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 24 - Estacionamento do CCS



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 25 - Estacionamento do CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Já quanto ao mobiliário, foi possível verificar alguns elementos que dificultam o cotidiano dos docentes, entre eles as cadeiras de rodinhas em salas de aula, que aumentam significativamente o risco de quedas do idoso, como foi possível observar tanto em salas de aula no ED III (Figura 26) quanto na sala de reuniões do ED VII (Figura 27), ambos no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Figura 26 - Sala de aula no CCJE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 27 - Sala de reuniões no CCJE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em relação ao mobiliário, é indicada a aquisição de mesas com maior estabilidade e com bordas arredondadas, cadeiras preferencialmente fixas com apoio para os

braços, visando possibilitar apoio adequado, evitando assim acidentes como quedas e colisões.

Outro elemento de difícil utilização são os bebedouros de água extremamente baixos, que dificultam a utilização por adultos, como ocorre no “Elefante Branco” localizado no CCS (Figura 28). Por outro lado, foi possível encontrar também adaptações dos bebedouros, como foi possível observar no edifício principal do Centro de Educação Física (Figura 29) e no CEMUNI IV, no Centro de Artes (Figura 30).

Figura 28 - Bebedouro no CCS



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 29 - Bebedouro no CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 30 - Bebedouro no CAR



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Já em relação aos bebedouros, a adequação de altura foi devidamente sanada em diversos setores da universidade, sendo necessária a utilização de suportes ou sua alocação em pisos elevados, de modo que não exija necessidade de abaixar para beber água. Neste sentido, é preciso ainda salientar a necessidade de que existam também bebedouros baixos para cadeirantes e outros portadores de necessidades especiais.

As salas dos professores são outro tipo de ambiente que os docentes frequentam diariamente e que podem representar riscos para os professores idosos. Três dos edifícios visitados continham salas dos professores, no CT IV no Centro Tecnológico, no IC III no Centro de Ciências Humanas e da Natureza e no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, sendo relevante observar que as salas do CCHN estão localizadas em um corredor estreito e com pouca iluminação (Figura 31), enquanto na sala de professores no CCJE há mobiliário inadequado, desde cadeiras de rodinhas

até mesas e armários com quinas pontiagudas avançando na área de circulação (Figura 32).

Figura 31 - Sala de professores no CCHN



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 32 - Sala de professores no CCJE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em relação às salas de professores, é preciso que atendam à requisitos de circulação, ventilação e acústica, assim como os demais ambientes, salientado a necessidade de conforto em um ambiente em que os docentes passam grande parte do seu tempo.

Também é preciso salientar quanto à iluminação, que é desejável o aproveitamento de iluminação natural nos ambientes internos sempre que possível, e utilização de iluminação artificial nos demais ambientes, preferencialmente distribuída de maneira uniforme para que não haja grandes variações de luminosidade ao transitar pelos ambientes. Além disso, é preciso que a iluminação tenha manutenção constante, de modo a manter esta iluminação planejada adequada.

Já quanto às cantinas, foi possível observar que frequentemente estão afastadas dos locais de trabalho dos professores, e nem sempre possuem rotas acessíveis, como foi possível observar no Centro de Educação Física e Desportos (Figura 33), onde as rampas de acessibilidade tem degraus.

Figura 33 - Rampa de acesso à cantina do CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

É preciso pensar na proximidade de acessibilidade às cantinas e aos restaurantes na universidade, especialmente tendo em mente que os docentes frequentemente passam o dia na UFES, e a dificuldade de acessibilidade a estes locais prejudica significativamente a qualidade de vida dos profissionais idosos. Ademais, é preciso que as intervenções de acessibilidade não tenham degraus de modo a evitar quedas e também possibilitar a passagem de cadeirantes.

Outra limitação à acessibilidade se refere às portas de vidro, cada vez mais presentes nas dependências da Universidade, e representam riscos de colisão quando não sinalizadas adequadamente, como ocorre no prédio da Administração do Centro de Ciências Exatas (Figura 34). Já na biblioteca do Centro de Educação Física e Desportos foram incluídas faixas para facilitar a visualização (Figura 35).

Figura 34 - Porta de vidro no CCE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 35 - Porta de vidro no CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em respeito às portas de vidro, é preciso que seja feita a sinalização visível e contínua (NBR 9050, item 6.11.2.13), assegurando a fácil identificação da barreira física e evitando colisões. Esta mesma necessidade se aplica às paredes de vidro.

Outro problema de acessibilidade frequente nas dependências da Universidade é a utilização de pedras para escorar portas, que geram risco de acidentes a todos os transeuntes, mas especialmente para os idosos (Figura 36 e Figura 37).

Figura 36 – Porta no CCE



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 37 - Porta no CAR



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A utilização de travas internas que não obstruam a passagem seriam a solução mais adequada para assegurar a acessibilidades destas passagens.

Ainda em relação às portas, foi possível encontrar também uma porta extremamente estreita no Centro de Educação Física e Desportos (Figura 38), que certamente não atende aos requerimentos de acessibilidade.

É preciso, portanto, que sejam utilizadas portas suficientemente amplas nos diversos ambientes da universidade, de modo a garantir o acesso a todos, incluindo cadeirantes. Na Figura 38 foi possível observar ainda a existência de degrau na porta, que além de limitar ainda mais o acesso, também representa perigo de tropeços e quedas no degrau não sinalizado.

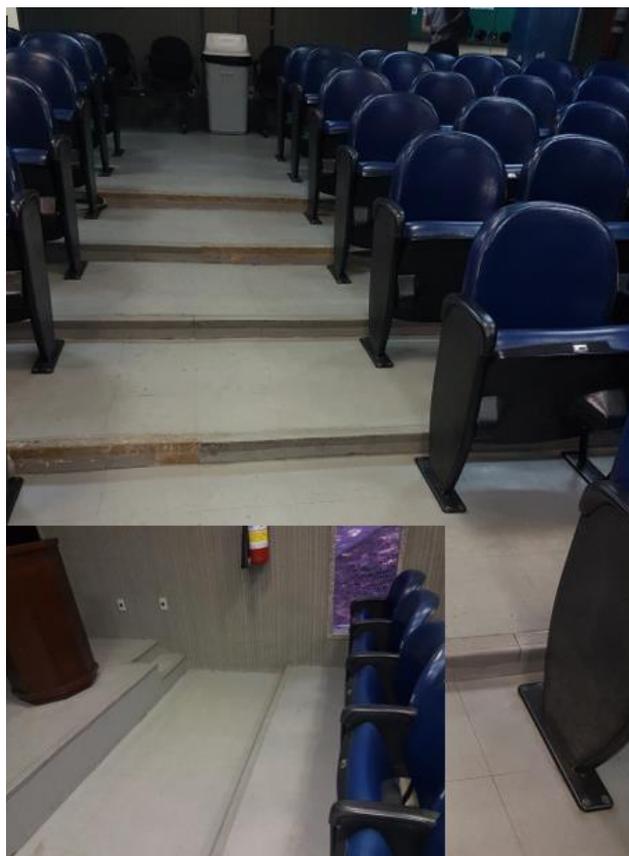
Outros espaços que também representam problemas de acessibilidade são os auditórios, como foi possível observar no auditório Rosa Maria C. Rego Paranhos, no CCS, que possui diversos desníveis e degraus sem rampas ou corrimãos, inclusive para acesso ao palco (Figura 39).

Figura 38 - Porta no CEFD



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 39 - Acesso de Auditório do CCS



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Nos ambientes com degraus como o auditório mostrado, é preciso que os degraus sejam, pelo menos, sinalizados, e os mais altos para acessar o palco necessitam da instalação de corrimãos para apoio.

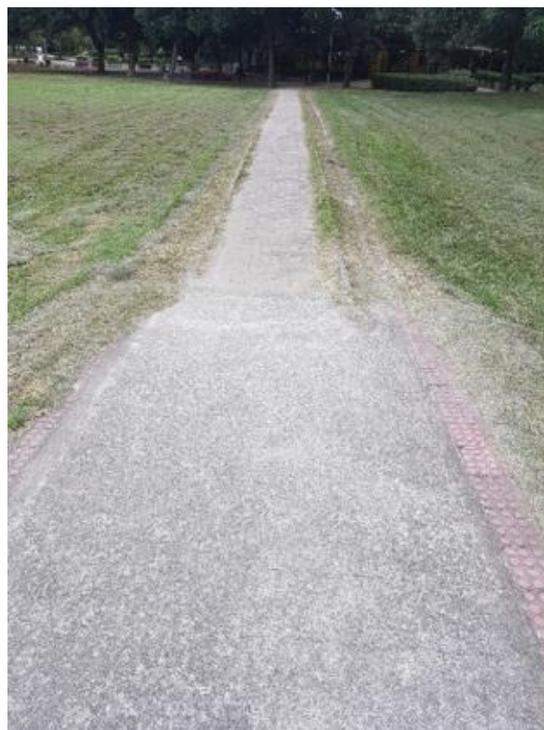
Em relação às bibliotecas, foi visitada a Biblioteca Central, onde foram encontrados diversos problemas de acessibilidade, desde rampas de acessibilidade esburacadas (Figura 40) ou parcialmente adequadas (Figura 41), até o acesso ao interior, uma vez que a biblioteca possui vários pavimentos acessíveis por escada (Figura 42). A biblioteca de fato possui um elevador, mas o mesmo se encontra em meio às áreas administrativas, em um corredor sem sinalização e escuro, com desníveis no piso de difícil visualização (Figura 43).

Figura 40 - Via de acesso à Biblioteca Central



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 41 - Via de acesso à Biblioteca Central



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 42 - Acesso aos pavimentos da
Biblioteca Central

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Figura 43 - Elevador da Biblioteca Central



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Em relação à biblioteca, está em andamento uma reforma das vias de acesso, mas ainda é preciso sinalizar o elevador e remover o degrau não sinalizado em frente ao elevador, de modo a reduzir o risco de quedas. Ademais, a iluminação do percurso até o elevador também precisa ser corrigida, o percurso atualmente é significativamente escuro.

Também foi possível encontrar um edifício cuja única via de acesso consiste em uma rampa metálica estreita sem corrimãos ou cobertura no Centro Tecnológico (Figura 44), representando um risco geral e não só para idosos e portadores de deficiências físicas.

Figura 44 - Núcleo de Excelência em Estruturas Metálicas do CT



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

O referido edifício necessita da instalação de estrutura guarda-corpo em todo o percurso de acesso, de modo a garantir a segurança de todas as pessoas que o acessam, não só idosos ou deficientes físicos.

Foram identificados diversos pontos em que a iluminação é deficiente, sendo destacadas a iluminação de acessos e corredores, como é o caso da passarela

principal do Campus de Goiabeiras (Figura 45), que possui iluminação intermitente, representando perigo aos transeuntes.

Figura 45 - Passarela principal do Campus de Goiabeiras



Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Conforme salientado anteriormente, a iluminação depende de manutenção e correta distribuição de lâmpadas, de modo a fornecer luminosidade constante e segurança aos usuários.

Importa salientar que os registros fotográficos efetuados não esgotam as questões de acessibilidade nem tampouco os locais de trabalho dos professores, mas somente demonstram a variação de ambientes e os níveis de acessibilidade existentes na Universidade Federal do Espírito Santo.

5.3 ENTREVISTA DE PROFESSORES IDOSOS

A última etapa da presente pesquisa consistiu na entrevista de seis docentes idosos da Universidade Federal do Espírito Santo admitidos nos últimos dez anos. Foram realizadas entrevistas entre julho e agosto de 2019 pessoalmente ou por telefone, tendo a abordagem inicial sido realizada através de envio de um e-mail aos doze professores idosos admitidos neste mesmo período, tendo sido concluída a entrevista com todos aqueles que responderam ao e-mail.

Mediante as respostas recebidas, procedeu-se às entrevistas conforme a disponibilidade dos professores que se dispuseram a participar da pesquisa, pessoalmente ou por telefone. Dentre os entrevistados, foram ouvidos dois docentes do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, dois do Centro de Ciências da Saúde e dois do Centro de Educação.

Foram feitas nove perguntas abertas aos entrevistados (Apêndice A), abordando diversos aspectos estruturais dos ambientes laborais da UFES, obtendo respostas e relatos de experiências pessoais, conforme compilado a seguir.

Inicialmente questionados acerca de sua percepção da acessibilidade no UFES, o Entrevistado 01 considerou que existe uma infraestrutura, que não está recebendo manutenção adequada. O entrevistado 02 ressaltou a existência de problemas de infraestrutura como calçadas com rachaduras, ressaltos, rampas sem corrimão ou guarda corpo, mas salientou o problema do deslocamento dentro da UFES, que dificulta o acesso tendo em vista que o percurso do ponto de ônibus aos ambientes configura um grande obstáculo aos idosos com limitações de mobilidade. Já o entrevistado 03 relatou não experimentar nenhum problema de acessibilidade pessoalmente, considerando o ambiente acessível. O entrevistado 04 avaliou a acessibilidade como razoável em grande parte dos ambientes, de modo que o problema é a falta de consistência nas instalações físicas ao se deslocar pelo ambiente universitário. Por sua vez, o entrevistado 05 observou que não foi pensado num futuro próximo em que a população está envelhecendo, de modo que a instituição não se preparou para a adequação da estrutura física para a população idosa. O

entrevistado 06 refletiu que a UFES não é uma universidade projetada para idoso, nem para jovens.

Em relação aos acessos às salas de aula e corredores, o entrevistado 01 não os considerou acessíveis, lembrando da existência de locais sem rampas ou elevadores, que seriam promessas dos gestores que até então não se concretizaram. O entrevistado 02 mencionou a existência de problemas de deslocamento entre edifícios, especialmente relacionados a buracos e degraus no meio dos percursos; assim como ressalta problemas de acessibilidade em dias de chuva, uma vez que os focos de alagamento tornam o acesso especialmente difícil para os idosos, que não tem facilidade em subir em meio fios e outras estruturas mais altas para evitar as áreas alagadas como os alunos costumam fazer. O entrevistado 03 relata que o local onde trabalha os edifícios de dois pavimentos possuem escadas e rampas, possibilitando a circulação normal de pessoas idosas. Já o entrevistado 04 relatou que os corredores são adequados, mas os acessos frequentemente são acidentados. O entrevistado 05 observou que as vias de acesso para salas de aula e ambulatórios de atendimento clínico não possuem uma acessibilidade de locomoção para idosos saudáveis, bem como idosos com deficiência física. Já o entrevistado 06 considerou os acessos “mais ou menos”, atende alguns itens, e outros não, e salientou que durante o dia alguns lugares o acesso é adequado, mas à noite é muito escuro e, portanto, inadequado.

Quanto aos banheiros, o entrevistado 01 ressaltou a melhoria de alguns banheiros quanto à acessibilidade, mas ainda não teriam alcançado um quantitativo suficiente para garantir a acessibilidade, não relata dificuldades pessoais de utilização de banheiros. O entrevistado 02 lembrou que em geral nos prédios mais novos existe acessibilidade para cadeirantes, e quando há barra lateral o banheiro é acessível também para idosos, salientando que em alguns locais os banheiros são muito distantes. O entrevistado 03 considerou os banheiros adequados. O entrevistado 04 observou que os banheiros são adaptados para cadeirantes, e muitas vezes são inadequados para idosos ou portadores de outras deficiências. O entrevistado 05 considera que os banheiros não estão preparados para receber idosos fisicamente ativos ou cadeirantes. O entrevistado 06 considerou os banheiros relativamente adequados.

Quando questionados quanto à acústica das salas de aula, o entrevistado 01 relatou incômodos relacionados a barulhos externos em sala de aula, especialmente durante a aplicação de provas. O entrevistado 02 expôs ter problemas de acústica, tendo dificuldade de escutar aos alunos devido ao eco, e especialmente nos prédios novos as paredes finas e não construídas em alvenaria fazem com que o barulho das salas de aula adjacentes é uma dificuldade recorrente. O entrevistado 03 observou que as salas de aula não foram pensadas em relação a acústica, de modo que é desgastante a utilização excessiva da voz para lecionar. O entrevistado 04 lembrou que os barulhos externos são um problema em salas de aula próximas aos estacionamentos. Já o entrevistado 05 considerou que todas as salas possuem uma condição favorável para ministrar aulas. O entrevistado 06 considerou a acústica horrível, visto que as salas são muito grandes e sem nenhuma acústica, fazendo com que o professor tenha que gritar.

Já em relação às salas de professor, o entrevistado 01 relatou que a sala é completamente inadequada, tanto o mobiliário quanto o espaço, que é dividido por seis professores, observando que os professores procuram utilizar outros ambientes como laboratórios para atendimento aos alunos de modo a evitar barulhos e interrupções. O entrevistado 02 considera sua sala atual adequada. O entrevistado 03 considera sua sala adequada. O entrevistado 04 considera a sala de professor relativamente adequada, devido à ausência de ventilação natural. Os entrevistados 05 e 06 consideraram suas salas adequadas.

Questionados acerca das mesas e cadeiras utilizadas em sala de aula, o entrevistado 01 os considerou inadequados. O entrevistado 02 considerou as mesas e cadeiras da sala de professor adequadas, mas em relação aos equipamentos em sala de aula relata que os mesmos foram depredados, assim como as mesas utilizadas possuem pés “compridos” que quando arrastados estragam a mesa, considerando-as sem durabilidade, ressaltou ainda que as cadeiras de rodinhas não são adequadas para profissionais idosos, especialmente quando carentes de manutenção, sendo um risco de queda para pessoas mais pesadas, quando se pretende levantar rapidamente ou ainda no caso de quebra de uma das rodinhas. O entrevistado 03 considera as mesas e cadeiras adequados. O entrevistado 04 considerou mesas e cadeiras adequadas, mas relata a falta de manutenção dos mesmos. O entrevistado 05 avaliou mesas e

cadeiras como adequadas. O entrevistado 06 não considera mesa e cadeiras da sala adequadas, relatando a frequente ausência deste mobiliário, que também não são seguros, visto que não há manutenção, tendo feito uso de cadeiras que tem assento, mas não tem encosto ou apoio para os braços.

Em relação à iluminação nas salas de aula e corredores, os entrevistados frequentemente se queixaram da dificuldade de substituição de lâmpadas queimadas, o entrevistado 01 relatou ter passado grande parte do último semestre trabalhando em uma sala de aula com lâmpadas queimadas que não foram substituídas até o final do semestre. O entrevistado 02 considerou a iluminação de salas de aula razoáveis, mas quanto aos corredores, considera a iluminação muito fraca, e frequentemente obstruída por árvores e jardins, tornando os percursos da Universidade perigosos tanto em relação a assaltos quanto em relação a quedas, uma vez que o piso apresenta ressaltos que não poderão ser visualizados. O entrevistado 03 observou que a iluminação é ruim, não em função da falta de iluminação, mas em decorrência da demora na substituição de lâmpadas queimadas, relatando recentemente ter utilizado um auditório em que metade das lâmpadas estavam queimadas. Por sua vez, o entrevistado 04 considerou a iluminação boa no interior dos edifícios e deficiente nas áreas externas, salientando que ambas sofrem com a falta de manutenção adequada. O entrevistado 05 considera a iluminação é adequada, visto que a instituição proporciona o reparo das lâmpadas queimadas com frequência. Por fim, o entrevistado 06 considerou a iluminação das salas adequada, mas dos acessos não.

Ao mencionar os estacionamentos da Universidade, o entrevistado 01 os considera acessíveis, mas relata que no estacionamento que utiliza as vagas são ocupadas por pessoas de fora da UFES, fazendo com que seja difícil estacionar perto do local de trabalho, ressalta também o piso irregular nos estacionamentos que representam um grande risco de queda. O entrevistado 02 considera acessíveis os estacionamentos, com vagas para idosos e cadeirantes, ressaltando que a pavimentação em “bloquetes” que desencaixados favorecem a ocorrência de acidentes, relatando já ter torcido o tornozelo no estacionamento, assim como tem problemas de iluminação dos estacionamentos, que também representam problema de segurança. O entrevistado 03 avaliou o estacionamento que utiliza de fácil acesso, mas considerou a existência de outros estacionamentos em que isso não ocorre, como no caso do Hospital

Universitário em Maruípe. O entrevistado 04 relatou que as vagas para idosos não são suficientes, e frequentemente precisa estacionar longe e voltar andando, não considerando o estacionamento adequado. O entrevistado 05 relatou que o estacionamento em si proporciona a entrada do idoso, porém do estacionamento aos ambulatórios de atendimento clínico e setores administrativos são inadequados para sua locomoção. Já o entrevistado 06 observou que os estacionamentos não são adequados, sendo necessário inclusive a utilização de espaços que não são próprios para estacionar, não sendo possível utilizar regularmente as vagas para idoso, utilizando eventualmente quando estão desocupadas.

Por fim, foi dada oportunidade para que relatassem algum desconforto experimentado nos ambientes da Universidade, o entrevistado 01 observou que leciona no segundo pavimento, onde só há escadas para acesso, e embora ainda não tenha dificuldade em subir ou descer, encontra dificuldade ao fazer tal percurso quando os alunos estão parados na escada impedindo a utilização do corrimão. O entrevistado 02 lembrou-se ainda da questão da sinalização deficiente, relatando ter se perdido ao procurar um auditório em um prédio que não possuía qualquer placa indicativa externa ou interna, precisando ir ao segundo pavimento, no final de um corredor acessar uma escada e uma rampa para chegar ao destino. Outra questão levantada pelo entrevistado 02 relaciona-se à estrutura metálica construída no CCHN para acesso ao segundo pavimento não tem sua estrutura sinalizada, tendo presenciado acidentes em que pessoas bateram a cabeça ou tropeçaram na referida estrutura. O entrevistado 03 salientou a necessidade de implementação de um plano de acessibilidade no Hospital Universitário, onde há um grande número de pessoas, servidores e pacientes, com mobilidade reduzida e possui difícil acesso. O entrevistado 04 não relatou nenhum desconforto. O entrevistado 05 relata que, em algumas situações e alguns setores a dificuldade de acessibilidade como escadas sem corrimão e ausência de rampas prejudicam a facilidade de movimentação de jovens, adultos e idosos. Já o entrevistado 06 experimentou problemas de mobilidade quando teve problema no joelho e dava aulas no segundo andar, uma vez que o elevador do prédio não funcionava.

Os entrevistados, portanto, confirmam a percepção da existência de limitações de mobilidade no ambiente da UFES, sendo possível destacar alguns elementos

apontados pelos entrevistados de maneira recorrente como mais significativos, como é o caso da ausência de rampas e elevadores, iluminação de áreas externas, vias com buracos e da acústica das salas de aula. É relevante salientar que a universidade não possui uma homogeneidade em suas estruturas de acessibilidade, assim como as limitações experimentadas também dependerão do indivíduo, fazendo com que a percepção seja compreensivelmente distinta entre os entrevistados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente de trabalho é um fator de grande relevância para todos os trabalhadores, mas ganha ainda mais importância quando se trata de profissionais idosos, uma vez que as dificuldades se tornam progressivamente mais difíceis de superar em decorrência dos efeitos físicos e psicológicos da idade avançada.

É importante reconhecer, todavia, que a manutenção de profissionais altamente capacitados e experientes em exercício além de reduzir as despesas com folha de pagamento, também melhora a qualidade de ensino e promove a formação de profissionais mais humanizados capazes de conviver com uma população idosa, cada dia em maior número na sociedade brasileira.

Tendo em vista o cenário político atualmente vivenciado no Brasil, é preciso ter em mente que múltiplos fatores colaboram para que o trabalho do professor de magistério superior idoso se torne cada vez mais comum, tornando necessário garantir que estes profissionais tenham condições adequadas para permanecer no trabalho.

Embora haja uma tendência à redução da idade média de ingresso na carreira, foi possível observar também o ingresso de pessoas de idade avançada, reforçando a ideia da existência de uma tendência de que a carreira de magistério superior possua uma quantidade significativamente de profissionais idosos, a exemplo da UFES, que no momento da pesquisa possuía 12% de seus profissionais idosos.

Foram encontradas evidências de aumento do ingresso de profissionais mais velhos, que terão que permanecer por mais tempo na universidade na condição de idosos. Neste sentido, mesmo os professores mais jovens, ao se estabelecerem na carreira de magistério no ensino público superior, provavelmente ainda estarão trabalhando ao alcançar a idade idosa, tendo em vista o tempo de contribuição necessário para aposentadorias no Brasil.

Através da observação dos ambientes de trabalho e das entrevistas, foi possível perceber a heterogeneidade das estruturas físicas entre os setores da UFES, sendo

possível apontar locais onde a acessibilidade é adequada e locais onde a acessibilidade é deficiente, sendo relevante salientar que nem sempre os novos edifícios são mais acessíveis que os antigos como seria lógico esperar.

Diante desta realidade, foi possível notar também que em maior parte a acessibilidade aos ambientes foi pensada para o cadeirante, desconsiderando outras possibilidades relacionadas aos idosos e portadores de outras deficiências ou necessidades especiais. Neste sentido, também não existe um planejamento para a evolução dos profissionais que permanecerão na universidade durante seu envelhecimento.

Outro aspecto recorrente se refere à identificação de elevadores e banheiros, frequentemente associados aos deficientes físicos através da imagem de um cadeirante, não gera nos idosos e pessoas com outras formas de limitação uma relação de identidade, e é comum que entendam não ser adequada a sua utilização do espaço.

Neste sentido, se impõe a necessidade de assegurar os direitos fundamentais destes trabalhadores idosos ao trabalho e a condições dignas neste ambiente de trabalho. Fazendo-se necessária a implementação de ações afirmativas que possibilitem a utilização de recursos para promover a isonomia entre os professores da universidade.

As ações também se justificam pelo crescente número de profissionais idosos, tanto em função de escolhas pessoais de permanecer no trabalho quanto por necessidade de completar o interstício requerido para a aposentadoria.

Torna-se importante retomar a questão do início tardio das atividades profissionais de grande parte dos professores, somada às constantes reformas na previdência que aumentaram o tempo de trabalho e idade requeridos para a aposentadoria, bem como o crescimento da busca por empregos até mesmo de profissionais já aposentados, como forma de complementar sua renda ou de manutenção de seu papel na sociedade.

Outro aspecto que merece menção na presente pesquisa se refere ao desgaste psicológico sofrido pelos professores de magistério superior. Foram trazidas teorias que se debruçam sobre a questão do *stress* inerente à carreira, assim como desafios surgidos nos tempos atuais para todos os professores, como utilização de tecnologia e comunicação entre gerações.

Neste contexto, é preciso levar em consideração que o desgaste decorrente de problemas de acessibilidade não é um evento isolado, mas se somam a diversos fatores que por si já descreviam uma das profissões mais desgastantes da atualidade.

Cumprе ressaltar que as limitações físicas enfrentadas pelos idosos são diferentes para cada indivíduo, surgindo mais cedo ou mais tarde de acordo com a qualidade de vida e saúde de cada um, de modo que as demandas também não serão coincidentes.

No âmbito da UFES, é preciso observar as particularidades em função de se tratar de funcionários públicos com estabilidade, os docentes das universidades públicas brasileiras não podem ter suas atividades alteradas com o passar dos anos, de modo que a carga de trabalho se mantém, sobrecarregando estes profissionais no decorrer do tempo.

A adequação do espaço físico representa, portanto, uma melhoria na qualidade de vida dos professores, reduzindo o acúmulo de fatores de *stress* para os profissionais que se mantêm em atividade após os 60 anos.

Trata-se, pois, de uma necessidade de que toda a sociedade se conscientize e se prepare para alcançar a idade idosa com saúde sendo-lhe facultada a continuidade das atividades profissionais caso seja essa a sua vontade.

É importante observar que todas as melhorias de acessibilidade para idosos favorecem também os portadores de outras limitações de mobilidade, assim como se aplicam não somente aos professores, mas aos servidores técnicos, alunos e comunidade externa que acessam diariamente os ambientes universitários.

A pesquisa realizada em nenhuma medida esgota o tema da acessibilidade no ambiente universitário, podendo ser feitas pesquisas com análises técnicas das intervenções de acessibilidade, ou aprofundar a percepção de acessibilidade na terceira idade quanto à expectativas de professores de todas as idades, é recomendável ainda uma análise de questões psicológicas vivenciadas pelos professores idosos, entre outras abordagens mais aprofundadas que podem ser realizadas em unidades administrativas menores como os Centros.

Diante do exposto, a adequação dos ambientes de trabalho na Universidade Federal do Espírito Santo se mostra como uma iniciativa necessária tanto para os docentes atualmente idosos quanto para os recentemente admitidos e que irão permanecer neste ambiente por vários anos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil. **Nexo**, São Paulo, 23 maio 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>>. Acesso em: jun 2019.

ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis; MENDONCA, André Luis Oliveira. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Emenda constitucional n. 20 de 15 de dezembro de 1998. **Modifica o sistema de previdência social**. Brasília, DF, dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm#art201>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Emenda constitucional n. 41 de 19 de dezembro de 2003. **Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm>. Acesso em 30 set. 2018.

_____. Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990. **Regime jurídico dos servidores públicos civis da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. Lei n. 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Lei n. 12.618 de 30 de abril 2012. **Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargos efetivos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012. **Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**. Brasília, DF, dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12772compilado.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. Lei n. 13.183 de 04 de novembro de 2015. **Altera as Leis. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991 e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13183.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARLOTTO, Sandra Mary. A síndrome de *burnout* e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7. n. 1. p. 21-29. Jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e naturais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORREA, Charles Henrique. **Expectativa de vida no mercado de trabalho brasileiro**, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD389.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DE ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro; BESSE, Mariela; LEMOS, Naira Dutra. Moradia para o idoso: uma política ainda não garantida. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 13, p. 5-17, 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/6910/5002>>. Acesso em Maio 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

KALACHE, Alexandre. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1107-1111, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 105-120, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2018.

MARLI, Mônica. Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 01 dez. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>>. Acesso em 14 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Síndrome de Burnout: o que é, quais as causas, sintomas e como tratar. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>>. Acesso em: ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Guia Global: Cidade amiga do idoso**. Genebra, 2008. Disponível em: <<https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

PEREIRA, José Antonio. Sofrimento mental relacionado ao trabalho docente. **Proceedings of the 2nd Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca**, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/48.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

PEREIRA, Josianne Katherine; GIACOMIN, Karla Cristina; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo. A funcionalidade e incapacidade na velhice: ficar ou não ficar quieto. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, p. 1451-1459, Jul. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000701451&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Set. 2018.

PINOTTI, Sonia Aparecida Gonçalves. Stress no Professor: Fontes, Sintomas e Estratégias de Controle. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 9, n. 2, p. 207-216, jan. 2005. Disponível em: <<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/276/230>>. Acesso em: 05 set. 2018.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55. Jan/abr 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>>. Acesso em: 21 out 2018.

_____. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/10.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PRADO, Adriana de Almeida. Arte de bem morar na velhice. In: PACHECO, Jaime Lisandro (Org.). **Tempo: Rio que arrebat**a. 1. ed. Holambra: Editora Setembro, 2005. p. 27-43.

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida. PERRACINI, Monica Rodrigues. A construção de ambientes favoráveis aos idosos. In: NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011. p. 221-229.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015. Edição do Kindle.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **O que é a extensão universitária**. Disponível em <<http://www.proex.ufes.br/o-que-%C3%A9-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria>>. Acesso em 27 ago. 2018.

_____. Conselho de ensino pesquisa e extensão. Estabelece critérios de avaliação de desempenho para fins de progressão, promoção e aceleração da promoção na carreira do Magistério Superior. **Resolução n. 52 de 25 de julho de 2017**. Disponível em: <http://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/ilovepdf_merged.pdf#overlay-context=resolu%25C3%25A7%25C3%25B5es-de-2017-cepe>. Acesso em 18 out. 2018.

_____. **Progressão, promoção e aceleração da promoção docente**. Disponível em: <<http://progep.ufes.br/progressao-promocao-e-aceleracao-da-promocao-docente>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VALERIO, Rachel Beatriz Cardoso; DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. Envelhecimento Funcional e Capacidade para o Trabalho entre Trabalhadores Atendidos pela Atenção Básica. **Ciencia & trabajo**, Chile, v. 18. n. 57. p. 190-195.

Set. 2016. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/cyt/v18n57/0718-2449-cyt-18-57-00190.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2018.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 441-459. Jul. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v18n36/2236-9996-cm-18-36-0441.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Edição do Kindle.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

1. Qual a sua percepção sobre as instalações físicas da UFES para o idoso?
2. Você acha que o acesso às salas de aula, corredores e banheiros são adequados?
3. Você já experimentou algum problema relacionado à mobilidade dentro do campus da UFES?
4. A acústica ou sonorização da sala de aula é adequada para as atividades docentes?
5. Sua mesa de trabalho em sala de aula é adequada?
6. Sua cadeira de professor oferece conforto e segurança?
7. A iluminação das salas de aula e corredores é adequada?
8. O estacionamento oferece condições razoáveis de acesso?
9. Relate algum desconforto enquanto servidor acima de 60 anos na UFES.

APÊNDICE B – Produto técnico resultante da dissertação

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - UFES

Nome: Mônica Cristina Wanderley

Título da dissertação: Percepção das limitações estruturais ao trabalho do professor idoso: um estudo com novos professores da UFES.

Orientador: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira.

Entrega do produto técnico: Prefeitura Universitária da Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Problema de estudo

O crescimento da expectativa de vida da população brasileira, as alterações previdenciárias que ampliam o tempo de contribuição necessário para aposentadoria, e o ingresso tardio na carreira são elementos que provocaram o crescimento da população de professores idosos na Universidade Federal do Espírito Santo.

As dificuldades de acesso vivenciadas por professores idosos impactam diretamente no desempenho de suas atividades profissionais, sendo necessário conhecer sua perspectiva sobre a acessibilidade na UFES.

2. Metodologia utilizada na pesquisa

A pesquisa inicial consistiu na pesquisa das adaptações físicas recomendadas pela NBR 9050, para o idoso e também referentes ao ambiente escolar. A seguir, foram solicitados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFES dados sobre o quantitativo de professores e de professores idosos, que contava na data da coleta de dados um total de 1320 professores, dos quais 159 são idosos, representando cerca de 12% do total de docentes ativos.

Na primeira etapa da pesquisa de campo foi realizada visita a diversos ambientes universitários, verificando a coexistência de ambientes inadequados, adaptados, adaptáveis e acessíveis, apontando problemas recorrentes de acessibilidade em diversos espaços da Universidade. Tal análise focou aqueles aspectos regulamentados pela norma técnica que pudessem ser observados sem a utilização de qualquer equipamento de medição ou especificações técnicas.

Já na segunda fase, foram entrevistados professores da UFES com mais de sessenta anos ingressados na carreira nos últimos dez anos, acerca de sua percepção da acessibilidade atualmente existente dos ambientes da universidade, relatando também experiências vivenciadas nestes locais.

3. Considerações finais

Diante dos dados coletados, visitas e entrevistas realizadas, foi possível concluir que a UFES não possui uma acessibilidade homogeneamente distribuída em seus diversos ambientes, sendo possível encontrar vários níveis de acessibilidade diferentes.

Através das visitas aos ambientes foi possível compreender ainda que a universidade vem implementando medidas de adaptação de ambientes e tem também buscando a construção de novos ambientes com acessibilidade adequada.

O que se observa é que muitas destas intervenções de acessibilidade são especialmente voltadas aos cadeirantes, tornando necessária a compreensão de que as soluções para portadores de deficiências nem sempre serão coincidentes com as dos idosos.

Neste sentido, a sinalização utilizando a figura de uma cadeira de rodas é um grande empecilho ao uso dos mecanismos de acessibilidade como elevadores, tendo em vista que não há um esclarecimento quanto a sua utilização por idosos. Tal fato se agrava quando ao reservar vagas de estacionamento a sinalização da cadeira de rodas é diferenciada das vagas reservadas aos idosos.

O diagnóstico realizado dos ambientes visitados (em anexo tópico 5.2 da dissertação contendo registros fotográficos) mostrou também locais em que as intervenções de acessibilidade são inadequadas para atender a idosos ou outros portadores de limitações de locomoção.

Ao analisar os dados recebidos foi possível evidenciar uma tendência ao ingresso de professores idosos, assim como uma maior permanência no trabalho até mesmo após cumpridos os requisitos para a aposentadoria.

Outro aspecto a ser considerado se refere à estabilidade na carreira da docência, que faz com que a maior parte dos trabalhadores permaneçam no mesmo cargo até sua aposentadoria, ou seja, o professor envelhecerá naquele ambiente onde trabalha.

Desta forma, é possível inferir que a população idosa circulando na UFES tende a crescer não somente em relação aos professores, mas abrangendo também servidores técnicos, alunos e comunidade externa.

4. Aplicabilidade dos resultados obtidos na instituição pesquisada

Os estudos realizados na presente pesquisa poderão ser utilizados no âmbito da manutenção, de modo que as intervenções feitas implementem o conceito de adaptação dos ambientes na UFES, ampliando assim a acessibilidade no *campus*.

No âmbito do planejamento, é preciso que as novas obras e mobiliários adquiridos sejam projetados de modo a contemplar as necessidades de acessibilidade e segurança não só dos cadeirantes, mas também dos idosos, em crescente número na UFES.

Além disso, dada a conjuntura financeira atual das Universidades Federais brasileiras, indicando uma redução drástica de investimentos na área de educação, é preciso que todas as intervenções em estruturas físicas sejam planejadas de maneira cuidadosa de modo a assegurar a acessibilidade, segurança e conforto desta parcela da

comunidade acadêmica, evitando assim a necessidade de posterior adequação de ambientes ou substituição de mobiliário.

Em especial, caberá ao planejamento deste órgão mapear e sinalizar os trechos acessíveis, garantindo que a comunidade universitária tenha acesso e conhecimento acerca dos direitos de utilização das estruturas e equipamentos disponibilizados para idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Tais ações se relacionam às atividades da Prefeitura Universitária, responsável pelo planejamento físico, obras e manutenção da Universidade, de modo que a eles se endereça a presente informação.



Universidade Federal do Espírito Santo

COMPROVANTE DE PROTOCOLIZAÇÃO

Comprovante: Abertura de Processo

Emissão: 27/09/2019

Número do Processo: 23068.064181/2019-31

Abertura: 27/09/2019 15:12

Tipo de Documento: Documento avulso

Procedência: 7.02.05.55.00.00.00 - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

Interessado: 1809929 - MONICA CRISTINA WANDERLEY

Assunto: Outros assuntos referentes à pesquisa

Resumo: Encaminha produto técnico da dissertação no PPG Gestão Pública.

Trâmite Inicial: 1.01 Encaminha para unidade administrativa

Destino Inicial: Superintendência de Infraestrutura

Documento de Origem:

Data:

Emitente:

Recebimento:

Para consultar a situação do documento, visite o Sistema de Protocolo - <https://protocolo.ufes.br>

Assinatura

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO****Documento avulso 23068.064181/2019-31****FOLHA DE DESPACHO****Peça:** 3**Origem:** Superintendência de Infraestrutura - SI**Destino:** Superintendente de Infraestrutura**Despacho:**

Ao Superintendente de Infraestrutura,

Segue estudo e contribuição técnica da Mestranda Mônica Cristina Wanderley, cujo título da dissertação é: Percepção das limitações estruturais ao trabalho do professor idoso: um estudo com novos professores da UFES, orientado pela Profa Dirce Nazaré de Andrade Ferreira, tendo como destinatário a Universitária da Universidade Federal do Espírito Santo.

Após análise e manifestação sugiro seja encaminhado às Diretorias: de Planejamento Físico e de Manutenção de Edificações e Equipamentos.

Assinado com senha eletrônica, conforme Portaria UFES nº 1269 de 30/08/2018, por
MARCELO ROSA PEREIRA - SIAPE 297722

Assessoria de Gestão - AG/SI

Em 27/09/2019 às 17:20

ANEXOS

ANEXO A – Quantitativo de docentes

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO
APERFEICOAMENTO NIVEL SUPERIOR	3
DOUTORADO	1128
ENSINO SUPERIOR	12
ESPECIALIZACAO NIVEL SUPERIOR	31
GRADUACAO (NIVEL SUPERIOR COMPLETO)	1
MESTRADO	135
MESTRE+RSC-III (LEI 12772/12 ART 18)	10
Total Geral	1320

FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO
21-30 anos	12
31-40 anos	322
41-50 anos	433
51-60 anos	394
61-70 anos	152
71-80 anos	7
Total Geral	1320

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo (2019).

ANEXO B – Admissões de docentes quanto à titulação

ANO	DOCENTES ADMITIDOS	DOCENTES ADMITIDOS SEM DOUTORADO
2010	216	33
2011	34	5
2012	21	2
2013	95	17
2014	44	8
2015	43	4
2016	74	4
2017	57	3
2018	40	1
2019	14	2

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo (2019).

ANEXO C – Admissões de docentes quanto à faixa etária

Faixa Etária Ano	21-30	31-40	41-50	51-60	61-70	Total
2010	0	74	98	38	6	216
2011	0	11	16	5	2	34
2012	0	8	9	3	1	21
2013	0	54	29	10	2	95
2014	0	18	21	4	1	44
2015	1	24	13	4	1	43
2016	2	38	26	8	0	74
2017	3	34	17	3	0	57
2018	2	22	13	3	0	40
2019	4	6	1	2	1	14

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo (2019).